

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA

MARIA LUIZA DELGADO DE MEDEIROS

A CONTRIBUIÇÃO DO COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA PARA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM
VASSOURAS (1985 – 2005)

Vassouras
2005

MARIA LUIZA DELGADO DE MEDEIROS

A Contribuição do Colégio Sul Fluminense da Universidade Severino Sombra para evolução da educação em Vassouras (1985 – 2005).

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História Social, Coordenadoria do Programa em História da Universidade Severino Sombra.

Orientador: Profº Drº José Augusto dos Santos.

**Vassouras
2005**

Ao meu marido Wellington Luiz da Silva Medeiros, que me apoiou em todos os momentos, incentivando-me a prosseguir, não me deixando desistir, não medindo esforços em ajudar-me em tudo que precisei, dedico esta conquista com todo amor e carinho.

Aos meus filhos Diogo, Thiago, Milleny e Rodolpho, que sempre tiveram uma palavra de incentivo e gestos de carinho.

Ao Prof. Dr. José Augusto dos Santos pelo carinho, atenção e estímulo que sempre demonstrou para comigo.

A Sr^a Tânia Regina Ribeiro chefe do Museu Severino Sombra que, de forma tão amiga auxiliou na procura de material bibliográfico e na orientação da pesquisa nos documentos do Museu.

Aos Professores Lincoln de Abreu Penna e Maria Philomena da Cunha Gebran, pelo incentivo ao ingresso no Curso de Mestrado.

A Prof^a Nadeje Maria Silveira, pela revisão ortográfica.

A Prof^a Vera Maria Cordilha Porto, Diretora fundadora do Colégio Sul Fluminense de Aplicação;
A Direção do Colégio Sul Fluminense de Aplicação pela permissão para pesquisar os arquivos e documentos do colégio;

As professoras Therezinha Coelho de Souza e Maria Luiza Trouche Jordão Sertório, pela gentileza no empréstimo de suas dissertações;

A Prof^a Maria Inês Mexias Rodrigues, pelo auxílio na procura de material bibliográfico;

A prof^a Márcia Monsores Lopes, pelo carinho, amizade e pela aula que me proporcionou sobre o tema que caiu na prova de seleção.

RESUMO

O objetivo deste estudo é demonstrar como a fundação do Colégio Sul Fluminense de Aplicação vem contribuindo para o aperfeiçoamento da educação no Município de Vassouras e como ele seguindo o modelo de outros colégios de Aplicação está conseguindo realizar uma síntese entre aquilo que é proposto por uma educação pública e particular democrática e de qualidade para sua confecção, buscou-se respaldo em estudos já realizados relativos a educação em Vassouras e na documentação oficial.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to demonstrate how the foundation of the “Colégio Sul Fluminense de Aplicação”, has contributed towards the improvement of education in the city of Vassouras. It also intends to discuss how this school, by following the model of others Application schools, has managed to sum up the goals of public and private education, by being democratic and having quality. The research was based on previous studies about the education in Vassouras and on the official documents.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	32
A Educação na História do Brasil	
CAPÍTULO 2	56
O Ensino em Vassouras	
2.1 Período do Império.....	62
2.2 Período da República	67
CAPÍTULO 3	76
Universidade Severino Sombra e seu Colégio de Aplicação	
3.1 A Filosofia do Colégio Sul Fluminense de Aplicação	93
CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXOS	116

INTRODUÇÃO

Sabemos que o desenvolvimento cultural de qualquer povo está diretamente relacionado com a capacidade que ele tem de gerir a questão educacional, ou seja, que o seu destino está intrinsecamente ligado à educação. Generalizam-se as convicções de que a educação escolar é a forma mais eficaz e segura para que o indivíduo consiga alcançar uma melhor posição na sociedade e, que, o desenvolvimento exige, cada vez mais, a ampliação dos níveis de escolaridade da população.

Nas últimas décadas o panorama educacional brasileiro tem apresentado nítido avanço, principalmente no que diz respeito às taxas de analfabetismo, onde se percebe, através dos censos escolares, realizados periodicamente, pelos órgãos governamentais, que este vem sofrendo expressivo declínio; verificou-se, também, um aumento significativo do ingresso de alunos em todos os níveis de ensino e, conseqüentemente, o aumento estatístico da média de escolaridade do brasileiro.

Há de se considerar, no entanto, que apesar destes avanços, ainda existe uma grande necessidade de se pensar os rumos que a nossa educação precisa tomar e os desafios, que são necessários vencer, para que se possam superar as deficiências acumuladas durante o processo histórico brasileiro neste campo de ação.

Se, pelo lado quantitativo, o sistema educacional brasileiro apresentou considerável progresso, o mesmo não se pode dizer quanto ao aspecto qualitativo, que, apesar do empenho que nossos governantes, vem

desenvolvendo em prol de um ensino mais eficiente; este, ainda, deixa muito a desejar.

Acabar com o fantasma do analfabetismo é, sem dúvida, o passo mais importante para a construção de um sistema educacional concreto, fomentador do desenvolvimento individual e da inserção social. A elevada taxa de analfabetismo ainda é muito preocupante quando verificamos que mais de quinze milhões de brasileiros, com idade acima de quinze anos, não sabem ler nem escrever. Diferentemente da definição que se tinha no passado, a “educação é vista hoje como um componente essencial de qualquer esforço de desenvolvimento e de progresso humano”.¹

As políticas educacionais, que vêm sendo implementadas, visando à erradicação do analfabetismo, sobretudo, àquelas direcionadas aos segmentos que se encontram na faixa etária de participar do mercado de trabalho, têm conseguido reverter, de forma considerável, estes índices, principalmente entre os grupos mais jovens da população.

A sociedade brasileira vem, ao longo de algumas décadas, visando a uma educação de qualidade que proporcione uma aprendizagem que colabore de forma efetiva para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participantes ativos, capazes de atuar na sociedade em que vivem com competência, dignidade e responsabilidade e que possibilite a realização de suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

Apesar de não ser uma preocupação recente, a questão da qualidade do ensino e das condições necessárias para assegurar que crianças, jovens e adultos disponham de uma educação voltada para o completo desenvolvimento

¹ O COREIO DA UNESCO. *Balanço e perspectiva de uma crise*. n. 1, jan. 1973 apud: GARCIA, Pedro Benjamim (org.). Educação hoje. Rio de Janeiro: Eldorado, [s.d.] p. 11.

de suas capacidades e potencialidades, estes, ainda, são assuntos debatidos, com muita veemência, nas mais diversas esferas da sociedade, além dos governos estaduais, municipais e federais, são temas discutidos, também, entre as diferentes associações, instituições sociais, empresariados e meios de comunicação de massa, ou seja, “a educação de qualidade tornou-se uma bandeira assumida mais ou menos por todos”.²

Para uma educação de qualidade é necessário que se tenha, como objetivo principal, a preparação de pessoas capazes de responder aos desafios colocados pela realidade, dando-lhes capacidade de reflexão, para que nela possa intervir. Sendo assim, a escola deve garantir, às crianças e jovens, aprendizagens bastante diversificadas. Deve garantir a possibilidade de, gradualmente, compreenderem conceitos, princípios e fenômenos complexos e de percorrer as diferentes áreas do saber, desenvolvendo hábitos, valores e comportamentos considerados hoje indispensáveis para o desenvolvimento de suas diferentes capacidades.

Há de se instaurar uma prática pedagógica que tenha seu ponto de partida na experiência vivida pelo educando. É a sua experiência que revela o que ele vive e, a partir de sua fala sobre a vida, instaura-se a direção da tarefa pedagógica, possibilitando ao educador nela assentar o conhecimento de formação da consciência, o desenvolvimento da competência de analisar o mundo, a história, a ciência, a cultura, o processo de trabalho. Ao não considerar essa experiência concreta de vida, a prática pedagógica se torna forma sem conteúdo, sons sem significação. Torna-se incapaz de levar o educando a realizar a ascensão da consciência do nível do senso comum a uma consciência crítica.³

² PRADO, Iara Glória Areias. *A educação fundamental: a questão básica*. In: VELOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (coord). Um modelo para a educação no século XXI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 120.

³ RODRIGUES, Neidson. *Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação*. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora:Autores Associados, 1987. p. 116.

O acelerado desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido no último século passou a exigir do indivíduo novas formas de aprendizagens, que até então não eram valorizadas ou até mesmo consideradas necessárias. No atual contexto cultural e tecnológico, a sociedade vem se deparando, constantemente, com novos desafios que exigem dela uma visão mais crítica e abrangente do mundo que a cerca. Nestas circunstâncias, de profundas mudanças, percebe-se a necessidade de alteração não somente na esfera educacional, mas também na social, religiosa e moral.

Como não poderia deixar de ser, estas transformações da vida social passaram a exigir da escola uma nova forma de conceber a educação; existe a necessidade de se adotar uma nova filosofia de forma a direcionar a aprendizagem para a compreensão ampla de idéias e valores indispensáveis no mundo atual.

Nossa civilização em mudança está formulando, de modo claro, novas exigências à educação, exigências essas de enorme importância. Algumas delas já existiam antes de nós, consideradas, no entanto, mais de um modo geral do que em espécie. Antes poderíamos aceitar um tipo de educação necessário, sem atender às exigências que o caráter de mudança de civilização, em que vivemos, agora reclama.⁴

Diferentemente das outras práticas educativas informais, como as que são promovidas pela família, pelo convívio social, pelo lazer e pelo trabalho, a prática escolar, ou seja, a educação formal deve, em concepção democrática, dar condições ao indivíduo para que ele possa desenvolver suas capacidades, estimulando-lhe o senso crítico, a compreensão da realidade e efetiva

⁴ KILPATRICK. William Heard. *Educação para uma sociedade em mudança*. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973. p. 41.

participação na vida social, cultural, política e econômica da sociedade em que está inserido.

Assim, a escola tem por função preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e o político. Isso torna sua responsabilidade pesada e importante. Assim dimensionada a tarefa da escola, evidencia-se a expectativa que sobre ela recai no contexto da sociedade.⁵

A Universidade, importante patrimônio público, traduzido pela sua dimensão de universalidade na produção/transmissão de um saber científico, torna-se uma instituição estratégica na construção de uma nova sociedade. Assim entendida, cabe à mesma a tarefa fundamental de estabelecer uma reflexão profunda sobre sua relação com a educação básica, no sentido de possibilitar a articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e, dessa forma, contribuir para a edificação de uma educação de qualidade, socialmente referenciada.

No campo específico da educação escolar, a missão da universidade tem sido delineada como a de centro formador de profissionais dos mais diferentes níveis para o exercício de funções educacionais nas escolas de 1º e 2º graus, de preparação de quadros superiores de pesquisa em educação, além de desenvolver atividades de aperfeiçoamento e especialização na área educacional.⁶

Sendo assim, o percurso histórico e filosófico e os fundamentos norteadores da educação aqui pesquisados, assim como os métodos e técnicas

⁵ RODRIGUES, op. cit., p. 19.

⁶ Idem, p. 116.

utilizados no Colégio Sul Fluminense de Aplicação constituem uma reflexão crítica como ponto principal desta pesquisa.

Agregado a isto, traçamos um perfil deste Colégio desde a sua criação em 04 de março de 1985 até a data atual, ressaltando sua importância enquanto pertencente a uma Universidade.

Existem no mundo mais de uma centena de colégios de aplicação, cuja origem remonta há mais de um século, marcando a renovação da prática educacional, onde teorias sobre ensino fundamental e médio são experimentadas cientificamente no âmbito das instituições de ensino superior.

No Brasil, os Colégios de Aplicação Escolas, criados através do Decreto-Lei nº 9.056, de 12 de março de 1946, todos ligados a universidades, são, além de campo de estágio para o exercício da prática na formação de professores, colégios que se destacam enquanto laboratórios de pesquisas e inovações pedagógicas com vistas à realização de experiências que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino, principalmente da educação básica.

Das primeiras decisões tomadas pelo governo do presidente Dutra, na área da educação, antes da promulgação da Constituição, merece destaque especial a criação de colégios de aplicação nas faculdades de Filosofia (Decreto-lei nº, de 12 de março de 1946). Destinados à prática docente dos alunos matriculados no curso de Didática, obedeceriam ao disposto na Lei Orgânica do Ensino Secundário e funcionariam nas próprias sedes das faculdades ou em locais próximos.⁷

A história da Prática do Ensino (PE) apresenta duas fases distintas: a primeira, de 1946 a 1962, marcada pela sua realização nos Colégios de Aplicação (CA) e a segunda, de 1962 até os dias atuais caracterizada pela passagem da

⁷ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 307.

Prática de Ensino para as Escolas da Comunidade. Cada uma das quais com linhas de orientação bem definidas. Em ambas as fases evidenciam-se que, subjacentes às razões pedagógicas explicitamente apontadas para justificar as medidas legais adotadas, faziam-se presentes razões de natureza sócio-econômica.

A legislação realçava aspectos qualitativos, mas no entanto, o que se verifica, na década de 60, é a existência de acentuada pressão por mais vagas nos ensinos secundário e superior, configurando-se problemas de natureza quantitativa.

Quanto aos professores do Colégio de Aplicação, na época de sua criação, faziam parte da carreira do magistério da universidade, eram professores de didática das antigas faculdades de educação. Ao longo dos anos, após sucessivas reformas, estabeleceu-se uma distinção entre carreiras, criando-se, desta forma, a carreira do magistério superior e as de ensino fundamental e médio.

Tais imposições não apenas aprofundaram a incompreensão sobre o real significado da existência de uma escola de educação básica dentro das universidades, como também sobre papel dos profissionais pertencentes a elas, mas que exercem suas atividades em seus Colégios de Aplicação.

Ao se fazer referência especial aos Colégios de Aplicação, podemos destacar os seguintes, espalhados nas mais diversas universidades do Brasil, quer sejam elas públicas ou particulares:

Destacando-se, ao longo de sua existência, como um centro de excelência de ensino, pesquisa, extensão e campo de estágio, o Colégio de

Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAp/UERJ se originou do antigo Ginásio de Aplicação.

As aulas do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob licença especial do MEC, foram iniciadas em 1º de abril de 1957 com o curso ginásial, passando a oferecer a partir de 1961 os cursos Clássico e Científico.

Através do Ato de Executivo de nº 453 (1968) o Colégio é desvinculado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e passa a ser um órgão relativamente autônomo, passando a ser uma "unidade de experimentação e aperfeiçoamento metodológico e didático do ensino de nível médio", além de "centro de treinamento dos alunos da Faculdade de Educação".

No transcorrer dos anos, passou por muitas mudanças e, entre elas, que além do ensino médio, foram incluídos, também, o ensino fundamental e pré-escolar.

Em 1997, a partir do documento "Refazendo o Ensino de Graduação", elaborado pela SR-1, o CAp propõe sua transformação de Colégio de Aplicação em Instituto de Aplicação. Delimitando suas especificações acadêmicas e impondo-se como espaço efetivo de experimentação metodológica e estágio para toda a Universidade, sem perder de vista o restante da comunidade fluminense, reafirma sua condição de Unidade Acadêmica. O processo 4056/DAA/97 transforma o CAp em Instituto de Aplicação, aprovado no CSEP em novembro de 1997. Em 04/10/2001, através da resolução nº 005/01 do Conselho Universitário, finalmente temos o Instituto de Aplicação, mais uma Unidade Acadêmica da UERJ.⁸

⁸ Universidade do Estado do Rio de Janeiro: CAp-UERJ: Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~cap/historico.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

Considerado como um dos colégios públicos de excelência, o Colégio de Aplicação da Uerj – CAp-Uerj, causou grande polêmica ao adotar as cotas raciais, que favorecem uma verdadeira integração entre alunos negros e brancos no ambiente universitário.

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – CAp-UFRJ, ao longo de sua existência de quase seis décadas, a completar em 2008, tem se caracterizado como uma instituição comprometida com a qualidade do ensino e com a multiplicação de experiências pedagógicas através do trabalho com os alunos de licenciatura.

Sua dinâmica de funcionamento está sempre voltada para os interesses maiores da Educação Pública e para a formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de contribuir para a transformação do quadro cultural e social brasileiro.

Para cumprir os dispositivos legais do Decreto Lei nº 9053 de 12 de março de 1946, que obrigava as Faculdades de Filosofias Federais a manter escola destinada à prática educativa para os alunos dos cursos de didática, foi criada a Escola Fundamental do Centro Pedagógico da UFMG.

Com o objetivo de atender à crescente política de valorização da Educação, em 1958, o Ginásio de Aplicação transformou-se em Colégio de Aplicação, passando a oferecer os seguintes cursos: Ginásial, Científico, Clássico e Normal.

Após uma reestruturação ocorrida na UFMG, em 1968, o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia tornou-se um Centro Pedagógico integrado à Faculdade de Educação da UFMG, cuja finalidade básica era oferecer cursos relativos ao ensino de 1º e 2º graus.

Com sua transferência para o Campus da Pampulha, em 1972, passou a ter prédio próprio ministrando o ensino de 1º grau e um Colégio Técnico oferecendo Curso de Aperfeiçoamento Profissional a nível de 2º grau.

Baseando-se em orientações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96) em 1997 a Escola de 1º Grau passa a denominação de "Escola Fundamental do Centro Pedagógico da UFMG".

Além de servir como campo de estágio dos cursos de licenciatura da UFMG, seu objetivo principal está fundamentado em:

Constituir-se como um campo de experimentação e renovação educacionais. Assim sendo, o seu papel extrapola o mero atendimento quantitativo aos alunos que nela ingressam, uma vez que se propõe a estudar e a sugerir caminhos para os desafios do cotidiano escolar⁹

Em 1920 foram criadas, no Estado do Sergipe, as primeiras escolas de nível superior e, entre 1950 e 1951, surgiram as Escolas de Ciências Econômicas e de Química, a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia. A Escola de Serviço Social em 1954 e, em 1961, a Faculdade de Ciências Médicas. Surgindo, a partir daí, a possibilidade de se pleitear a criação de uma Universidade no Estado. O que veio ocorrer, através da Lei nº 1.194 de 11 de julho de 1963, quando o Governo do Estado autoriza a transferência de todos os estabelecimentos de ensino superior para a Fundação Universidade Federal de Sergipe que estava sendo implantada pelo Governo Federal.

Instituída em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 269, e instalada em 15 de maio de 1968, a Fundação Universidade Federal de Sergipe

⁹ Disponível em: <<http://www.ufrmg.br>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

incorporou 06 Escolas Superiores que ministravam 10 cursos administrados por 05 Faculdades e 05 Institutos.

As Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFS funcionam, em sua maior parte, na Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos". Integram a Cidade Universitária: a Reitoria, a Prefeitura do Campus, o Setor Esportivo, os Centros Acadêmicos (CCBS, CCET, CCSA, e CECH), a Biblioteca Central - BICEN, o Restaurante Universitário - RESUN, o Centro de Processamento de Dados - CPD, o Arquivo Central, o Centro Editorial e Audiovisual - CEAV, e o Colégio de Aplicação - CODAP. Funcionam fora da Cidade Universitária: o Campus da Saúde, o Campus Avançado do Crasto, o Campus Rural, o Campus Avançado de Xingó, o Centro de Cultura e Arte - CULTART e o Museu do Homem Sergipano.¹⁰

Integrado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, O Colégio de Aplicação - Escola de Ensino Fundamental e Médio da UFRGS tem como finalidade, além de possibilitar o estágio supervisionado dos cursos de licenciatura da Universidade, desenvolver o ensino continuado, a pesquisa e a extensão.

A preocupação em inovar para melhorar caracteriza o Colégio de Aplicação que, como parte da universidade, tem o compromisso de dinamizar, atualizar, construir, criar o conhecimento no que se refere ao Ensino Fundamental e Médio. Tendo como referência um ensino que compreende a interação professor-aluno como base, numa perspectiva dinâmica, procura desenvolver uma pedagogia a partir da análise de problemas, visando à conscientização de valores humanos, à vivência constantemente recriada de conteúdos culturais universais e buscando formas democráticas de interação social.¹¹

O Colégio de Aplicação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – CAP-UFPE, criado em 1958 para atender à prática docente da antiga Faculdade de Filosofia Ciências Letras de Pernambuco, com o

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ufs.br/historico.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

¹¹ Colégio de Aplicação-UFRGS-Brasil. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>>. Acesso em: 20 jun. 2005.

passar dos anos, vem ampliando seu campo de atuação em busca da construção de uma experiência avançada de ensino aprendizagem de forma contínua e sistemática.

As experiências pedagógicas desenvolvidas conjuntamente por professores do CAp, de outros departamentos da UFPE e estagiários têm encontrado nas redes de ensino público e privado um espaço propício para a sua difusão.

Ressalte-se que, além de contribuir na formação de profissionais de nível superior através das licenciaturas diversas, no âmbito da educação básica, ao longo de sua história o CAp-UFPE tem-se constituído num espaço crítico de formação dos educandos, cujas dimensões cognitivas, afetivas, éticas, ambientais e sócio-culturais têm-se manifestado de forma significativa no campo das artes, da ciência e em outras áreas do saber, contribuindo desta forma para o exercício da cidadania.

Mantido pela Fundação Educacional Duque de Caxias, o Colégio de Aplicação da FEUDUC foi reconhecido pela Resolução 1035 de 05/12/84. Ministra o Ensino Fundamental, da 4ª a 8ª série e o Ensino Médio (Formação Geral e Técnico em Informática). Funciona em regime de externato, de frequência mista e em apenas um turno.

O Colégio de Aplicação Dr. Paulo Gissoni tem suas origens em um curso preparatório, de admissão, denominado Instituto Dr. Paulo Gissoni, criado em 1963 pelos professores Paulo Musa Gissoni e Vera Costa Gissoni, no bairro do Barata em Realengo, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Com o aumento do número de alunos, um ano depois, passou a Ginásio Dr. Paulo

Gissoni. Necessitando expandir seus limites físicos, muda-se para outro local do bairro, com áreas de lazer, esportes, piscina, e salas amplas.

Em 1965 foi incorporado ao Ginásio o curso Científico e o Técnico em Contabilidade, passando então, a se denominar Colégio Dr. Paulo Gissoni. Em março de 1971 é criado o Centro de Estudos Paulo Gissoni, o embrião dos primeiros cursos superiores e, novamente, torna-se necessário a ampliação do seu espaço físico, exigindo novas instalações, passando a funcionar a partir de 1972 na Avenida Santa Cruz, 1655.

Em 1973 a mantenedora passa a se chamar Centro Educacional de Realengo e, ao mesmo tempo, são autorizados a funcionar os primeiros cursos superiores, criando-se a partir daí a Faculdade de Educação Ciências e Letras Marechal Castelo Branco e a Faculdade de Educação Física da Guanabara, sendo, portanto, a escola transformada em Colégio de Aplicação Dr. Paulo Gissoni-CAP. Em sua trajetória o Colégio de Aplicação constituiu-se em um pólo fomentador de cultura, esporte e capacitação profissional.

As ações implementadas fundamentam-se nas exigências de uma sociedade em permanente mutação e nas diretrizes fixadas pelo PEA – UNESCO, para a Educação do Século XXI, baseado numa cultura de respeito à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e à diversidade ética.¹²

Elogia-se a Universidade Castelo Branco (UCB) que através dos seus Colégios de Aplicação, Dr. Paulo Gissoni e Castelo Branco, faz parte do programa da Unesco pela paz, apesar de ser uma entidade de caráter privado.

¹² < http://www.educacional.com.br/escolas/esc_capccb/historico.asp>. Acesso em: 20 jun. 2005.

Elogia-se, também, o fato de que a UCB está comprometida com as questões sociais, além de manter vários projetos nesta área, que beneficiam a comunidade e o projeto Micro-Escola, que oferece aulas de apoio a estudantes de escolas municipais, pela sua integração no Programa de Escolas Associadas à UNESCO (PEA-Unesco).

Assim como o Colégio de Aplicação Dom Helder Câmara (CApDHC), em São Gonçalo no Rio de Janeiro, que tem a sua filosofia voltada para uma prática pedagógica cujo objetivo é proporcionar ao indivíduo a aquisição dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da inteligência crítica, de habilidades, de iniciativa e de competência na resolução de problemas, que, através de meios adequados, procura desenvolver os conhecimentos necessários à formação dos valores que ressaltam a consciência das responsabilidades de cidadão e da convivência democrática.

As atividades do Colégio de Aplicação de Resende das Faculdades Dom Bosco foram iniciadas em 1993, com a finalidade de proporcionar aos alunos dos cursos de Pedagogia e Letras, uma integração entre a teoria e a prática. “Assim, a proposta da escola é a de propiciar aos alunos desses cursos, e hoje também, do Normal Superior, a observação do emprego das teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon, Emília Ferreiro, Paulo Freire e outros no ambiente escolar.”¹³

O Colégio de Aplicação da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, em Tijucas, no Estado de Santa Catarina, tem suas origens na criação da capela da Irmandade do Divino Espírito Santo, construída pelo Vigário Pe. Lodovico

¹³ Colégio de Aplicação de Resende-Content. Disponível em: <<http://www.aedb.br/aplicação/index.php>>. Acesso em 20 jun. 2005.

Cócolo, por volta de 1910, que, ao solicitar permissão para a construção da mesma, também solicitou que fosse anexado a esta, um colégio.

As aulas, ministradas pelas irmãs da Divina Providência, tiveram início em 1918 com 64 alunos matriculados. Com o passar dos anos passou a ministrar os Cursos Normal Primário e Normal Secundário.

Com a expansão do ensino público gratuito, o Colégio foi obrigado a encerrar suas atividades em 1974, mas deixou marcas na comunidade em que estava inserido, de forma que, em 1987, após a criação de uma Cooperativa Educacional, formada por pais de alunos que desejavam melhorias na qualidade do ensino, surgiu a Sociedade Educacional e Cultural Espírito Santo, vindo, esta, a instituir o Colégio do Espírito Santo, que funcionava em sistema de cooperativa, com todas as despesas sendo rateadas mensalmente entre os pais dos alunos e, nos mesmos moldes do anterior, procurando, inclusive, para garantir os padrões de qualidade nas atividades pedagógicas, o apoio e orientação das irmãs da Divina Providência de Florianópolis.

Devido a problemas financeiros e administrativos a Sociedade Cultural e Educacional decidiu-se, através de assembléia, privatizar o Colégio, passando sua administração, em dezembro de 1997, para a Fundação Universidade Vale do Itajaí, sendo transformado, desta forma, em Colégio de Aplicação da UNIVALI, subordinado ao seu Centro de Educação.

O Colégio de Aplicação da UNICOR da Universidade Vale do Rio Verde foi criado com o objetivo de propiciar a prática de estágios supervisionados aos alunos das diversas licenciaturas da Universidade, possibilitar a incrementação da pesquisa nas áreas pedagógicas e ministrar o ensino Fundamental e Médio.

Atualmente, o Colégio mantém a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante.

Situado na Cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, o Colégio de Aplicação da Faculdade de Santa Luzia – FACSAL- baseia sua filosofia na educação inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana tendo como objetivo a formação plena do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Oferece o Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante em Técnico de Enfermagem, Informática e Segurança do Trabalho.

O Ginásio de Aplicação João XXIII foi criado em 1965 para atender os licenciandos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Juiz de Fora. Inicialmente oferecia apenas a 5ª série do Ensino Fundamental; com a Lei nº 5692/71, o Ginásio passou a Colégio de Aplicação João XXIII, mantendo as quatro séries finais do Ensino Fundamental.

Ao longo de sua história algumas mudanças aconteceram, entre elas a implantação das séries iniciais do Ensino Fundamental, ocorrida em 1980, o Ensino Médio, ocorrido em 1992, o Curso para Educação de Jovens e Adultos (1997-1999) e o Curso de Especialização em Prática Interdisciplinar, ocorrido em 2000.

Atualmente o Colégio conta com mais de 1000 alunos matriculados nos diversos segmentos e sua filosofia esta pautada na construção do conhecimento, na valorização dos conteúdos, enquanto patrimônio coletivo-direto de todos, selecionados com vista à sua significação humana e social, em manter um ensino de qualidade, dando ênfase à pesquisa, à extensão e ao atendimento aos estagiários da Universidade.

O Colégio de Aplicação da Universidade Católica de Petrópolis iniciou suas atividades em fevereiro de 1969 e, em março deste mesmo ano, seus trabalhos passaram a ser coordenados com os da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Mantinha já naquela época, o ensino continuado, desde o pré-escolar até o secundário que se dividia em colegial e normal.

Com a elaboração do seu segundo regimento, realizado após a Lei 5692/71, obteve a condição de Centro de Ensino Experimental, passando a manter os cursos Pré-Escolar, 1º e 2º graus e, ainda, vários cursos profissionalizantes em nível de segundo grau.

[...] o Colégio de Aplicação tem buscado sempre harmonizar e equilibrar o trabalho docente e administrativo, de modo a favorecer uma perfeita integração entre os professores das diversas áreas de ensino. [...] vem despertando em seus alunos o interesse pelos valores da arte, da ciência, da filosofia e da religião, avivando o seu amor à liberdade, seu respeito à dignidade da pessoa humana, inculcando nos mesmos, ideais de saúde, trabalho, sociabilidade, civismo, humanismo e de elevação espiritual.¹⁴

A credibilidade que estes colégios conseguiram adquirir, ao longo dos anos, no âmbito da sociedade em que estão situados, tem sido de grande importância para o desenvolvimento das atividades pedagógicas que realizam. Diferentemente da visão distorcida que se tinha no passado, de que serviam somente de campo de estágio para as diversas licenciaturas de uma universidade, hoje, são vistos como mediadores dos mais variados e inovadores processos do ensino-aprendizagem.

Supõe-se que uma das funções que os Colégios de Aplicação devem desempenhar e para as quais foram criados é justamente exercerem a proposta

¹⁴ ALVES NETO. Jeronymo Ferreira. Colégio de Aplicação da Universidade Católica de Petrópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.ihp.org.br>>. Acesso em 20 jun. 2005.

de serem um laboratório de ensino para os estudantes das licenciaturas nas diversas áreas, além de terem um papel de integração com o Centro de Educação na formulação de experiências pedagógicas, preparando estudantes de 1º e 2º graus para os desafios do conhecimento e ingresso nas universidades.

Tem sido observado um grande avanço dos Colégios de Aplicação em relação à extensão; estes conseguiram extrapolar as fronteiras do seu âmbito interno e levar boa parte dos resultados do seu trabalho para a comunidade externa, atuando também na capacitação de professores das redes de ensino municipal, estadual e particular. O grande papel social do Colégio está na possibilidade dele intervir qualitativamente na formação do professor que, seguramente, vai atuar nas redes públicas de ensino.

Por se tratar de uma escola de qualidade, sabe-se que os Colégios de Aplicação sinalizam uma perspectiva extremamente importante para o ensino público. Nele encontramos elementos que podem servir de reflexão para uma revisão profunda do sistema público estadual e municipal. Dois aspectos parecem fundamentais para esse ensino de qualidade: a carreira do professor e as condições de trabalho que o colégio oferece, tanto para educadores quanto para educandos. Somados a esses aspectos está a organização escolar, a observância de certos princípios pedagógicos como a democratização da gestão, a aplicação de novas metodologias, a revisão dos conteúdos de ensino e o uso de conhecimentos atualizados. Havendo uma preocupação concreta pelo ensino de qualidade.

Como já falamos, existe uma demanda histórica por ensino de qualidade e o Colégio de Aplicação, pelos serviços que presta à sociedade, vem atendendo aos seus objetivos, embora ainda haja um longo caminho a percorrer,

já que o processo educativo é sempre um processo inacabado, que de acordo com Paulo Freire:

[...] diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.¹⁵

O contexto histórico social no qual vivem professores e alunos constitui a meta fundamental do Colégio de Aplicação que se propõe à transmissão e apropriação crítica do conhecimento com a finalidade de instrumentalizar os educadores para desenvolverem responsabilidade social e a responderem a afirmação histórica dos educandos.

Segundo Stela Piconez:

“A educação instrumentaliza crítica e criativamente, tendo em vista a intervenção e a inovação da realidade. Saber e mudar para intervir representa o desafio da busca na qualidade total ou, por outros termos, o desenvolvimento de estratégias decisivas de fazer oportunidades. Trata-se de aprender a aprender, saber procurar as informações e como tratá-las e, sobretudo, de estar se formando permanentemente.¹⁶”

Portanto, em toda a história da educação, transitamos sempre entre o tradicional e as novas tendências pedagógicas. E em todo momento de transição, costumamos sempre adaptar o antigo ao novo. Tendo em vista o processo acima

¹⁵ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 73.

¹⁶ PICONEZ, Stela C. Bertholo. *Educação escolar de jovens e adultos*. São Paulo: Papyrus, 2002.

citado, esta pesquisa mostra as diversas etapas pelas quais o Colégio Sul Fluminense de Aplicação tem alicerçado a sua história.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente na luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática efetiva.¹⁷

Tentaremos mostrar que o Colégio Sul Fluminense de Aplicação fundamenta a sua filosofia na valorização do ser humano, na humanização do educando através da integração, da sua relação no mundo e com o mundo e da compreensão reflexiva e crítica da realidade que o cerca. Não pretendemos tão somente contar a história do Colégio Sul Fluminense de Aplicação mas também fazer um percurso histórico e filosófico das bases que nortearam a sua fundação e o seu papel enquanto formador educacional.

Pretendemos tornar conhecida a filosofia, a metodologia e as técnicas de ensino do Colégio Sul Fluminense de Aplicação, as quais visam à orientação do discente para a formação universitária. Demonstrar como os universitários se beneficiam das oportunidades oferecidas pelo Colégio de Aplicação da USS, nos seus esforços para a aquisição de um conhecimento cada vez mais sólido do verdadeiro significado da educação para a vida social do indivíduo.

Segundo o conceito de Universidade estabelecido pelo fundador da Fundação Educacional Severino Sombra, Severino Sombra de Albuquerque:

¹⁷ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 1996. p. 19.

Como sempre acentuamos a importância do papel da Universidade na geração de um novo Humanismo, de advento imposto pelas extraordinárias mudanças decorrentes da 'evolução Científica e Tecnológica' [...] a exigirem novas concepções do Espaço, tempo, Matéria e Energia; até mesmo, um novo modo de pensar¹⁸

A pesquisa assentou o seu fundamento teórico na Legislação Educacional Brasileira, Pareceres, Decretos, Resoluções e Deliberações que dão fundamentos à criação e ao trabalho realizado por uma instituição de ensino. Como essas determinações se inspiraram em diferentes autores, também os trabalhos dos mesmos integrarão de maneira direta ou indireta o quadro teórico.

De acordo com a obra de Candau¹⁹, no contexto do movimento da revisão da didática que desde 1982 tem se afirmado e ampliado progressivamente, a questão da relação teoria/prática aparece como rigorosa reflexão crítica, buscando ações educativas mais comprometidas com a construção de uma escola adequada e democrática havendo por parte do quadro administrativo uma preocupação em constituir ao longo dos anos um corpo docente capaz de promover o processo educacional.

Inspirado por esse contexto situa-se o presente, em um trabalho de reflexão sobre a história e a filosofia de uma instituição de ensino pertencente a uma Universidade.

Acreditamos que a questão abordada merece de nossa parte uma reflexão, pois a fundação da Universidade Severino Sombra passa muito mais pelo caminho de um ideal, um sonho e a concretização deste sonho, do que pelo simples prazer de se criar uma empresa. Atualmente, muitas universidades vêm

¹⁸ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Definição de Universidade*. Vassouras: FUSVE, 1992. p. 5.

¹⁹ CANDAU, Vera Maria. *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 60.

sendo tratadas assim, isto é, apenas como empresas, porém a Universidade Severino Sombra está voltada para os ideais filosóficos que a criaram.

Capítulo 1

A Educação na História do Brasil

“A história não se inventa. Ela se faz da dinâmica dos fatos, idéias, leis, coisas, instrumentos, gentes, valores, hierarquias, conflitos e costumes, enfim, do modo de produção de sua sociedade, de como os homens e as mulheres constroem a sua existência”.

Ana Maria Araújo Freire

A história da sociedade brasileira vem se estruturando, ao longo de cinco séculos, através dos mais diversos processos de transformações de natureza política, social, religiosa, econômica e educativa. Esta sociedade só pode ser compreendida a partir do momento que possamos entender o peso do seu passado colonial e escravocrata e o presente marcado pela subordinação aos interesses econômicos dominantes do mundo capitalista. Na tentativa de esboçar algumas considerações a respeito da nossa formação cultural fomos obrigados a voltar ao período da colonização portuguesa com a chegada dos primeiros jesuítas da Companhia de Jesus.

Nos dois primeiros séculos, tivemos a presença dos jesuítas da Companhia de Jesus. Ordem criada pelo espanhol Inácio de Loyola com a

finalidade de restabelecer os dogmas e crenças da Igreja Católica, bastante estremeçada com a Reforma Protestante.

Chegaram ao Brasil, em 1549, junto com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, com o objetivo de instruir e catequizar os nativos indígenas. Para muitos historiadores, os seis padres, entre eles, Manuel da Nóbrega, que aqui chegaram com o governador geral, foram os primeiros educadores do Brasil.

Percebendo logo de início que não seria possível converter os índios à fé católica sem que lhes ensinassem a ler e escrever, começaram por organizar nas aldeias, escolas de primeiras letras. Ao mesmo tempo em que o faziam com os filhos dos colonos e senhores de engenhos.

Aos jesuítas devemos muito de nossa integridade territorial, a disseminação da língua portuguesa em solo brasileiro e, principalmente, a supremacia do catolicismo. Fernando de Azevedo assim se refere a esta hegemonia:

Uma das conseqüências, porém, certamente a mais larga e mais importante, dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu naturalmente para estabelecer, fornecendo uma base ideológica, lingüística, religiosa e cultural à unidade e defesas nacionais.²⁰

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marques de Pombal, Primeiro-Ministro de D. José I, que desestruturou completamente a organização escolar jesuítica, a educação no Brasil sofreu um grande retrocesso. Por mais de uma década ficamos sem escolas e sem nenhuma tomada de decisão eficiente

²⁰ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4.^a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. p. 534.

para o restabelecimento uniforme do ensino. Os cursos seriados dados pelos jesuítas foram substituídos por “aulas avulsas” oferecidas por professores improvisados sem qualquer preparo. Mais uma vez, o educador Fernando de Azevedo discorre sobre o assunto: “Estabeleceu-se um caos completo, a despeito dos esforços de outras ordens religiosas, como os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas”.

Somente a partir de 1773, um ano após a criação da lei que criou o *Subsídio Literário* é que começaram a serem ministradas, no Brasil, as “Aulas Régias” destinadas ao ensino das primeiras letras, de Aritmética, de Gramática Latina e de Grego.

Com a educação pombalina houve a oficialização do ensino como função do Estado português no Brasil, financiado pelo ‘subsídio literário’, criado em 10 de novembro de 1772 para criar fundos para o ensino elementar e médio.²¹

Na realidade, ao término do século XVIII, o ensino primário era precário em todas as capitanias, com limitadíssimo número de escolas e com professores incapazes em sala de aula. O Subsídio Literário não dava para custear nem mesmo o salário dos professores e pouco contribuiu para amenizar o caos do analfabetismo na colônia. Muitas vezes os recursos eram desviados e nem sempre eram investidos na criação de novas escolas.

A vinda, em 1808, da família real portuguesa para o Brasil foi, sem dúvida, o acontecimento de maior importância para o progresso do país em

²¹ FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1989. p. 43.

trezentos anos de colonização. A educação agora era uma necessidade, o que resultou num crescimento quantitativo e qualitativo da escola.

Houve de imediato uma preocupação com a criação de ensino profissionalizante que pudesse habilitar pessoal para atender aos milhares de novos domiciliados na recém-criada sede da Coroa portuguesa. Era também necessário formar uma elite dirigente no país, para isto, cursos superiores de Medicina e Direito foram criados, cogitou-se até mesmo pela criação de universidade, porém, sem que se fosse concretizado.

Os filhos de famílias abastadas continuaram a buscar seus diplomas na Europa, principalmente em Coimbra e no Porto, dando um sentido de elite à formação superior. Elite intelectual e econômica, pois nenhum filho das classes menos abastadas seria lícito alcançar tamanha e tão cara glória. Essa origem marcou muito a vida do ensino superior brasileiro, ainda hoje destinado muito mais aos filhos de ricos e da classe média superior do que aos que tiveram a desventura de nascer pobres ou remediados.²²

Diversas cadeiras foram criadas, entre elas, as de farmácia, odontologia, obstetrícia, engenharia, arquitetura civil, pintura, agricultura e história, que, com o decorrer do tempo, foram sendo transformadas em cursos e faculdades espalhados nos mais diversos locais da colônia. “Estava instituído o ensino superior profissionalizante no Brasil.”²³

Devido à falta de um plano diretor, que pudesse ser observado em todas as capitanias, a instrução primária e secundária sofreu um desenvolvimento completamente desordenado. Em seu livro, o professor Arnaldo Niskier se refere ao assunto da seguinte forma:

²² NISKIER, op. cit., p.20.

²³ FREIRE, A. M., op. cit., p. 44.

Aumentavam consideravelmente os pedidos de criação de escolas de primeiras letras, atendidos ou não, conforme a disponibilidade de recursos para pagamento de professores.

Examinando-se cuidadosamente a legislação brasileira no período que vai da chegada da família real ao Brasil, em 1808, até as vésperas da Independência, verifica-se, acima de tudo, que o atendimento oficial era feito de acordo com as necessidades do momento, sem qualquer plano diretor, à mercê das exposições enviadas pelos governadores das capitanias, autoridades religiosas, além de corporações de comerciantes, ou, ainda, de interesse particular de professores e de pais de alunos.²⁴

Após a Independência, com a dissolução da Assembléia Constituinte, foi criado o Conselho de Estado, composto por dez membros nomeados pelo Imperador D. Pedro I. Cabia a este Conselho elaborar o projeto de Constituição Política do Império do Brasil. Concluído o projeto, em 25 de março de 1824, e depois de aprovado pela câmara do Rio de Janeiro e de outras, sem grandes intervenções, D. Pedro decide outorgá-lo, em forma de constituição. Estava em vigor a nova Carta Magna Brasileira.

No que diz respeito à educação, consta no Art. 179, parágrafos XXXII: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” e XXXIII: “A Constituição garante colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes”.

O projeto elaborado pela Constituinte, que não chegou a ser concluído, devido a sua dissolução por determinação do Imperador, era bem mais ousado no que se refere à instrução pública:

O Art. 250, Título 13, pretendia que houvesse escolas primárias em cada termo (subdivisão de comarca), ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados lugares. Haveria leis e regulamentos para determinar o número e constituição destes estabelecimentos úteis para a sociedade e que “era livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que respondesse pelos abusos.”²⁵

²⁴ NISKIER, op. cit., p. 94.

²⁵ FREIRE, A. M., op. cit., p. 45.

Apesar de todas as discussões que se fizeram a respeito da criação de universidades, esta viria se concretizar somente no século XX, ou seja, quase cem anos depois.

Quanto à instrução primária gerou-se a partir daí a grande polêmica que se arrasta até hoje sobre a sua gratuidade. Naquele momento, o maior problema consistia em “localizar os estabelecimentos em que tal instrução seria oferecida, já que os mesmos praticamente não existiam.”²⁶ Tornando-se necessária a elaboração de uma nova lei em 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todos as cidades, vilas e lugares populosos. Meta que até hoje não foi totalmente realizada.

Ainda, através de um decreto de 1823, D. Pedro I cria uma escola no Rio de Janeiro, a qual deveria ser aplicado o método mútuo de ensino, isto é, o método lancasteriano, baseado na obra de Joseph Lancaster, onde, para cada escola era necessário apenas um professor e para cada grupo de dez alunos um mais inteligente deveria ensinar aos demais.

Com a assinatura do Ato Adicional de 1834 passaram a existir, ao mesmo tempo, dois sistemas paralelos de ensino. A partir de agora, cabe às províncias a responsabilidade de promover o ensino primário e secundário, e ao Governo Central de delegar sobre os diversos níveis de ensino da Corte e pelo ensino superior do Império. Essa dualidade de competências resultou em grande prejuízo para o desenvolvimento do ensino nas províncias. Os poucos recursos oriundos das contribuições tributárias devido a falta de uma legislação eficiente de arrecadação vão resultar no completo abandono do ensino primário. Quanto ao ensino secundário, só usufruía deste, aqueles que tinham condições de pagar,

²⁶ PILETTI, Nelson. História da educação no Brasil. 6 ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 24.

pois a maioria acabou ficando nas mãos de particulares. A respeito do ensino secundário oferecido pelos colégios, Otaíza Romanelli se refere da seguinte forma:

A transformação que esses colégios sofreram no decorrer do século XIX, no sentido de se tornarem meros cursos preparatórios para o ensino superior, foi uma decorrência da pressão exercida pela classe dominante, a fim de acelerar o preparo de seus filhos e assim interligá-los no rol dos homens cultos [...]. Até o Colégio Pedro II, criado na Corte e único mantido pelo Governo Central para servir de modelo, não pode escapar à pressão [...], acabou por transformar-se também num curso preparatório.²⁷

Durante quase todo o Império pouco se fez em relação à formação de professores devido à inexistência de cursos preparatórios para o magistério. As primeiras escolas normais, com resultados nada promissores, foram criadas na Bahia e no Rio de Janeiro na década de 1830. Em 1875, foram estabelecidas duas escolas normais no Rio de Janeiro, destinada uma para cada sexo, sendo mais tarde, em 1880, transformadas em uma única escola para ambos os sexos, denominada Escola Normal da Corte. Teve sua efetivação através de Decreto nº 7.684, de 6 de março de 1880. Em Minas Gerais, foram criadas até o ano de 1883 nove Escolas Normais, mas a falta de professores qualificados, especialmente para as matérias de didática, e as condições precárias de ensino foram as maiores dificuldades encontradas pelo curso normal. Ana Maria Araújo Freire, assim se pronuncia sobre o assunto:

[...] até o final do Império continuamos sem a formação do professor primário adequada a um país que crescia em população livre e aumentava também o número daqueles que poderiam cursar a escola

²⁷ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 40.

elementar, ou porque tinham sido alforriados, ou porque poderiam freqüentá-la depois da reforma liberal de Leôncio de Carvalho, em 1879. Além da descontinuidade no funcionamento destas escolas normais, elas sofriam de um esvaziamento quantitativo e qualitativo que retratava, com fidelidade, a calamitosa situação da educação brasileira.²⁸

Nas províncias, no final do Segundo Reinado, o ensino primário e secundário teve pouco avanço. Os presidentes continuavam com as reclamações quanto ao reduzido número de escolas, a falta de professores qualificados e de recursos para a conservação ou construção de prédios apropriados para a instalação de escolas.

Em geral, as numerosas reformas da instrução pública, realizadas nas províncias, não alcançavam resultados satisfatórios, eram quase sempre inspiradas nas reformas de Couto Ferraz de 1854 e de Leôncio de Carvalho, de 1879, então, vigentes na Corte.

Durante todo o Império a influência de modelos estrangeiros foi predominante nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, podemos observar que este fato não ocorreu somente no sistema educacional, mas também na arquitetura, nas artes, no vestuário, com marcante influência francesa, principalmente, a partir de 1816, com a chegada da Missão Artística. Até mesmo após a Proclamação da República o estrangeirismo permanece, como se pode ver nas primeiras reformas do ensino da Escola Militar, realizada por Benjamin Constant em 1890 e do ensino secundário realizada por Fernando Lobo em 1892, ambas com influência da doutrina positivista do francês Augusto Comte.

Durante a Primeira República (1889-1930) os modelos educacionais herdados pelo Império, visivelmente preocupados apenas com a educação das

²⁸ FREIRE, A. M., op. cit., p. 100-1.

elites, com o ensino secundário e superior, passam a ser motivos de questionamentos e debates por uma grande parte da intelectualidade brasileira que, atenta com o destino da nação, começa a ensejar por uma nova escola e pela reestruturação total do ensino.

Esse privilégio elitista entra em verdadeira crise na década de 20, justamente no momento em que o Brasil está passando por várias agitações e transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que culminam na Revolução de 1930. Esse movimento veio a ser o responsável por inúmeras conquistas democráticas e trabalhistas e importantes avanços ocorridos no sistema educacional brasileiro.

No campo educacional, em 1932, tivemos o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, sobre o qual nos deteremos mais adiante. Documento assinado por um grupo de educadores que por mais de uma década idealizavam uma nova forma de se pensar os rumos da educação brasileira. Debatiam sobre a necessidade de uma política educacional definida em termos e estrutura para todo o país.

Diversos preceitos educacionais foram debatidos intensamente, tornando-se cláusulas constitucionais a partir de 1934, como por exemplo, a gratuidade do ensino do primeiro grau, a educação é um direito de todos e obrigação do Estado e da família e a liberdade de ensino. Através das reformas de Benjamin Constant, Epitácio Pessoa, Rivadávia Corrêa e Carlos Maximiliano foram realizadas, também, neste período, as primeiras tentativas de sistematização do ensino.

Desde as primeiras reuniões de ministros do Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, realizadas regularmente até pouco antes da

promulgação da Constituição, em fevereiro de 1891, a situação da instrução pública era um dos assuntos discutidos com freqüência.

Um desses questionamentos versava sobre a didática aplicada ao ensino primário que era vista com grande reserva, por não suprir as necessidades práticas do indivíduo, tornando-se fundamental que se adotasse uma filosofia educacional pragmática, que correspondesse com a realidade do educando.

Na sessão de 15 de fevereiro de 1890, por exemplo, Benjamin Constant Botelho, que no Império exercera diversas funções ligadas à educação e na República ocupava a pasta da Guerra, dizia ser o ensino primário insuficiente e insignificante, não dando idéias aproveitáveis ao cidadão. Afirmava ainda que era assunto sobre o qual se devia meditar e discutir largamente [...].²⁹

Em 19 de abril de 1890, como resultado dessas reuniões de ministros, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, sendo indicado Benjamin Constant, um positivista, para assumir a pasta do novo ministério. Apesar de sua curta duração, foi extinto em outubro de 1891 e aglutinado ao Ministério da Justiça, estava, assim, criado pela primeira vez no Brasil um Ministério destinado à educação.

Pela primeira vez, em nosso país, um Ministério era dedicado à Instrução Pública, cuja organização foi objeto do Decreto nº 733-A, de 5 de maio de 1890, que no seu Artigo 1º estabelecia: 'A Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, compreenderá uma diretoria geral com três secções: a 1ª dedicada a tudo que for atinente à instrução pública, de modo geral, desde a primária até a superior, profissional etc.'³⁰

²⁹ NISKIER, op. cit., p. 181.

³⁰ Idem, p.183.

Antes que o Ministério concluísse a reforma do ensino, algumas medidas foram tomadas, entre elas, a extinção do ensino religioso nas escolas públicas, até então obrigatório, com a alegação de que não era dever do Estado desenvolver o sentimento religioso no indivíduo, mas da família e dos representantes de cada crença.

A Reforma de Benjamin Constant, ou seja, a primeira reforma educacional do governo republicano, assinada em 08 de novembro de 1890, visivelmente influenciada pela doutrina positivista, foi muito criticada tanto por monarquistas como por educadores daquela época. Composta de vários decretos, entre eles, o Decreto nº. 981 que aprovava e regulamentava a instrução primária no Distrito Federal, o Decreto nº. 982 que modificava o regulamento da Escola Normal da Capital Federal e outros que aboliam o ensino obrigatório e instituía o ensino leigo.

Apesar destas reformas estarem direcionadas, exclusivamente, com o ensino no Distrito Federal, elas se estendiam a todo o país na medida em que os estados as utilizavam como padrão.

No âmbito educacional, vigorou durante toda a Primeira República a dualidade de sistemas e de competências. A formação das elites que se dava através do ensino secundário e superior era competência do governo central – sistema federal; enquanto que a instrução primária e técnico profissional, destinados às camadas menos favorecidas da sociedade, ficavam sob a responsabilidade dos Estados – sistema estadual. Piletti se refere ao assunto da seguinte forma:

Essa dualidade de sistemas resultou na consagração, pela Constituição de 1891, do preceito que fora estabelecido pelo Ato Adicional de 1834: a

transferência da instrução primária aos Estados, ficando de competência da União, embora não privativamente, a faculdade de criar instituições de ensino secundário e superior nas províncias e cuidar da instrução no município da capital.³¹

Sempre com o objetivo de corrigir as falhas e defeitos das reformas anteriores, foram realizadas durante a Primeira República, três grandes reformas nacionais. A de Epiácio Pessoa em 1901 que diminuiu o tempo de duração do curso secundário de sete para seis anos; a reforma de Rivadávia Correia, com grande influência positivista, foi aprovada em 5 de abril de 1911 através do Decreto nº 8.659, continha uma série de artigos reformulando o ensino superior e fundamental, estabelecia a autonomia didática nos estabelecimentos de ensino e criava o Conselho Superior de Ensino que teria a função de fiscal até então exercida pelo Estado. A Reforma de Carlos Maximiliano realizada em 1915 foi, na verdade, uma reação à Reforma de Rivadávia Correia. Mantinha a autonomia didática, diminuía ainda mais a duração do ensino secundário, que passava agora de seis para cinco anos, reformula o regime de ensino do Colégio de Pedro II, regulamenta a forma de ingresso aos cursos superiores e faz referência à criação de uma universidade, tão combatida pelos positivistas.

Em 7 de setembro de 1920, o Presidente da República, Epiácio Pessoa, resolve pôr em execução o Art. 6º do Decreto nº 11.530 da Reforma de 1915, de Carlos Maximiliano e decreta a criação da Universidade do Rio de Janeiro, sendo constituída pela Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito.

³¹ PILETTI, op. cit., p. 58.

A década de 20 foi marcada por um acirrado sentimento nacionalista, buscava-se a afirmação de uma identidade nacional, de uma cultura de raízes e tentava-se, também, apontar e solucionar os problemas que afligiam a população brasileira, principalmente, na questão da educação e da saúde, como podemos observar:

Os intelectuais da educação e da saúde passaram a empreender uma verdadeira batalha contra males como o analfabetismo e a debilidade física, que atingem a maioria dos brasileiros e são incompatíveis com uma sociedade moderna e civilizada.³²

Algumas importantes reformas foram realizadas pelos Estados que, inspirados e “entusiasmados pelas novas idéias em voga”³³, procederam inúmeras remodelações nos seus sistemas educacionais, principalmente, no campo da instrução pública, com a implantação de novos métodos de ensino. Entre elas, podemos citar as reformas de Lourenço Filho, no Ceará e São Paulo; Anísio Teixeira, na Bahia; Francisco Campos e Mario Cassandra, em Minas Gerais; Carneiro Leão, no Distrito Federal e em Pernambuco; Fernando de Azevedo e Sampaio Dória, em São Paulo. Arnaldo Niskier cita texto de Jorge Nagle sobre o assunto:

Mais do que a União, os Estados procedem à implantação ou reorganização da administração escolar, bem como ao uso de planejamentos, como os recenseamentos escolares. Dá-se novo passo no sentido da ampliação da rede e da clientela escolares. A forma mais acabada do otimismo pedagógico só vai aparecer a partir de 1927, quando se processa a introdução sistemática das idéias da Escola Nova, simultaneamente com a sua aplicação nas escolas primárias e normais

³² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Anísio Teixeira: construção da educação brasileira*. Rio de Janeiro, 2000. p. 9.

³³ PILETTI, op. cit., p. 62.

de vários Estados. Nessa ocasião surge a disputa entre os modelos da 'escola tradicional' e da 'escola nova'.³⁴

Os debates acerca dos problemas no sistema educacional brasileiro continuaram e tomaram maiores proporções com a criação em 1924 da Associação Brasileira de Educação (ABE), no Rio de Janeiro, fundada por Heitor Lira, responsável pela edição da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e, em 1926, com o Inquérito organizado pelo jornal O Estado de São Paulo sobre a instrução pública naquele Estado sendo, posta em prática, por Fernando de Azevedo.

A Associação Brasileira de Educação, fundada por Heitor Lira, contribuiu para congregar os educadores 'pondo-os em contato uns com os outros, abrindo oportunidade para debate largo sobre doutrinas e reformas'. O principal instrumento desse debate foram as conferências de Educação, nove no total, que se realizaram de 1922 a 1937.³⁵

Diante de um país tomado por movimentos revolucionários é dada ao professor Rocha Vaz, a responsabilidade de elaborar uma nova reforma do ensino com a finalidade de adequar a educação à nova realidade brasileira. Aprovada em janeiro de 1925, estabelecia: "o concurso da União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional de Ensino e reformou o ensino secundário e superior."³⁶

Após a Revolução de 30, muitos intelectuais que durante o último período da Primeira República participaram dos movimentos que criticavam as

³⁴ NAGLE, Jorge. *A educação na Primeira República*. In: História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, 1978. v.3 apud NISKIER, op. cit., p. 242.

³⁵ PILETTI, op. cit., p. 63.

³⁶ Idem, p. 223.

mazelas e as deficiências do sistema de ensino brasileiro, passaram, gradativamente a exercer cargos dentro do Governo. Aproveitando-se desta situação, alguns conseguiram transformar em leis os princípios que defendiam. Entre eles, estavam Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

O eixo principal de aglutinação dos intelectuais dessa geração estava assentado na busca imperativa de educação do povo pela via da instrução pública e nas reformas do ensino como disseminadoras de novas experiências de construção de um campo cultural e pedagógico.³⁷

Com a Revolução a educação toma uma nova feição e passa, agora, realmente, a se articular como um sistema. É criado, pelo chefe do Governo Provisório, Dr. Getúlio Dorneles Vargas, em 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública e as Secretarias de Educação dos Estados, tendo como primeiro titular da pasta o político mineiro Francisco Luiz da Silva Campos.

A criação do Ministério foi o cumprimento de um dos itens do seu programa de governo, quando afirmou que um dos seus objetivos era cuidar dos problemas dos trabalhadores e da educação brasileira.

Em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 25 educadores, redigido por Fernando de Azevedo e reproduzido na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, procurava mostrar ao Governo e ao País a necessidade de renovação do ensino praticado no Brasil.

Para os “Pioneiros” a educação e a cultura eram o alicerce para o desenvolvimento e reconstrução da democracia. Tinham consciência das dificuldades que apresentava um “Plano de Reconstrução Educacional” mas,

³⁷ PINTO, Diana Couto, LEAL, Maria Cristina, PIMNETEL, Marília de Araújo Lima. O discurso pedagógico da modernidade. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 5, n. 185, jan/abr.1996, p.116.

admitiam que diante de todos os problemas existentes no Brasil naquele momento, o problema da educação era o mais grave, até mesmo do que os problemas econômicos. Afirmavam que:

[...] é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. [...] No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano se der um balanço ao estado geral da educação pública no Brasil verificar-se-á que, [...] não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do País [...].³⁸

Pretendiam os Pioneiros que o Governo estabelecesse um plano geral de educação, com ensino público, obrigatório, articulado e laico onde não houvesse distinção de cor, classe, sexo e de conteúdo. Que a educação fosse única em seus princípios e para todos, cabendo às escolas adaptar o ensino de acordo com a realidade onde estivesse inserida. Desejavam que todos os professores tivessem formação superior, mesmo aqueles que praticavam o ensino primário.

Alguns frutos surgiram após o Manifesto, principalmente nas reformas do ensino realizadas pelo Distrito Federal em 1934, porém, sem ainda alcançar a educação do povo. Foram criadas, entre outras, as Universidades de São Paulo, do Distrito Federal e de Pernambuco e, na Constituição de 1934 é incluído pela primeira vez um capítulo destinado à educação.

³⁸ PILETTI, op. cit., p. 77.

Agora, a autonomia dos Estados fica bastante limitada, cabendo ao Governo Federal o planejamento em âmbito nacional de todas as questões relativas à educação e a competência de elaborar um plano nacional de ensino extensivo a todo o território brasileiro. Estabelece: que a educação é um direito de todos, a obrigatoriedade da escola primária integral, gratuita e de frequência obrigatória, com tendência de se estender a gratuidade ao ensino secundário, a fim de torná-lo mais acessível e, ainda estabelece, que é obrigação do Estado aplicar recursos na educação. Quanto à aplicação dos recursos públicos Marlos Rocha diz o seguinte:

A obrigatoriedade do Estado em aplicar recursos públicos em educação foi dos aspectos mais significativos aprovados pela Constituição de 1934. Para os renovadores não mais seria possível, como nas constituições anteriores, eximir-se dessa questão.³⁹

Com a finalidade de legalizar seu poder e garantir sua permanência na presidência do Brasil, Getúlio Vargas resolveu impor ao país uma nova Carta Constitucional que veio acompanhada ao golpe de 10 de novembro 1937. Regida pelo Jurista Francisco Campos e baseada na Constituição polonesa, por isso conhecida como “polaca”, a Constituição de 1937 centralizava todo poder nas mãos do Presidente.

Esse excesso de poderes resultou numa ditadura, como podemos observar, a seguir:

³⁹ ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FAVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p. 128.

[...] a situação política interna, assentada, desde 1937, na restrição drástica da liberdade de opinião, com censura total da imprensa, punições para as discordâncias políticas, repressão contra os opositores ativos, demissões e aposentadorias para os inconformados, tribunais de exceção, tortura [...], confisco de livros, hipertrofia do conceito de segurança, (...) Como não havia Senado, nem Câmara, nem Assembléia, dissolvidos pelo golpe de 10 de novembro, o arrocho era completo [...].⁴⁰

Dentro desse espírito centralizador a Constituição do Estado Novo promoveu algumas mudanças importantes relacionadas à educação, entre elas está a questão do direito de todos à educação, que deixa de figurar explicitamente na nova Carta, o privilégio dado às instituições particulares de ensino e, como dever do Estado, a instituição do “ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas”.

Como podemos observar, não se fala do ensino secundário destinado às classes menos privilegiadas, a estas estava destinado o ensino profissionalizante e/ou vocacional. O ensino secundário e superior continuavam destinados às elites dirigentes.

Ainda, em relação ao ensino secundário, vigorava, com ligeiras alterações, desde 1931, a Reforma Francisco Campos, porém, após alguns estudos e consultas aos órgãos especializados, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu em 1942, uma nova reforma do ensino que passou a ser conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Passando a ser ministrado em dois ciclos, o primeiro constava do curso ginásial e o segundo por dois cursos paralelos, o clássico e o científico. Observa-se, nesta Lei, o aumento da carga horária das matérias de Humanidades e a

⁴⁰ CÂNDIDO, Antônio. Os escritores e a Ditadura. In: BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio – Da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual. Opinião: 29 out. 1975. p. 36.

introdução de História e Geografia do Brasil nos currículos, com a finalidade de “formar a personalidade adolescente”.

Porém, alguns autores defendem a hipótese de que com esta reforma o que se pretendia, na realidade, era o desenvolvimento da “consciência patriótica e humanística dos jovens”, visto que a função do ensino secundário é dar ao adolescente uma formação sólida de cultura geral.

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras. Isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da Nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais amplo da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão da continuidade histórica da Pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da Nação [...].⁴¹

Nos possibilita afirmar que, durante o regime do Estado Novo, todos os assuntos relacionados à instrução pública no país centralizaram-se junto ao Governo Federal.

Até mesmo as questões relacionadas ao ensino fundamental que ficava sob a responsabilidade dos Estados. Podemos observar que existia no governo estadonovista o desejo de influir sobre ele ao criar em 1938 a Comissão Nacional de Ensino Primário (CNEP) e, logo depois as tentativas de se estabelecer uma lei orgânica do ensino primário, que veio a se concretizar somente após o Estado Novo através do Decreto-lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946 aprovado pelo Presidente interino José Linhares.

⁴¹ PILETTI, op. cit., p. 96.

Apesar de todos os poderes auto-atribuídos pelo regime discricionário, todavia, ele foi impotente para fazer funcionar a contento aquela Comissão, bem como em aprovar a referida lei orgânica. As resistências não foram apenas as tradicionais, vinculadas aos estados, que de modo geral resistiam a influência federal na esfera do ensino elementar, que tradicionalmente lhes pertencia; elas surgiram também da parte do segmento moderno da educação.⁴²

Após a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, a Nação passa por um período de relativa democracia que dura quase vinte anos (1945 a 1964), a participação do povo se faz presente, através das organizações representativas dos vários segmentos da sociedade. Havia eleições diretas em âmbito municipal, estadual e federal, inclusive, para presidência da República. Quanto à questão da relativa democracia Romualdo Portela de Oliveira observa o seguinte:

O Texto [da Constituição de 1946] é limitado em relação a uma série de questões fundamentais para construir uma sociedade democrática, mas é preciso reconhecer que foi sob sua vigência que vivemos quase vinte anos de democracia.

A forma de dominação implantada com a Constituição expressa a contradição entre a manutenção das desigualdades e a emergência das massas populares como agente a ser considerado. Este tipo de dominação instável requer algumas concessões.

É desta ótica que entendo produtiva uma leitura do Texto de 1946, pois ele define os marcos sob os quais essas concessões teriam de ser feitas.⁴³

No plano educacional também houve progresso, principalmente no que se refere ao ensino profissionalizante, que passa a ser legalmente equivalente ao ensino secundário. Até então, este estava direcionado às elites, formadora das classes dirigentes e, aquele, às massas populares formadoras da força de trabalho nas indústrias, no comércio e na agricultura. Amenizando, com isto, o antigo preconceito que existia com relação ao ensino pré-vocacional e

⁴² ROCHA, op. cit., p. 128.

⁴³ OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *A educação na Assembléia Constituinte de 1946*. In: FÁVERO, op. cit., p.164.

profissionalizante, destinados “às classes menos favorecidas” que, segundo Piletti,

Durante a maior parte do período republicano, o ensino técnico profissional permaneceu marginalizado enquanto via de acesso ao ensino superior. Até 1949, quem houvesse concluído algum curso técnico e quisesse candidatar-se a qualquer curso de nível superior, deveria freqüentar o curso secundário, que detinha, assim, todos os privilégios.⁴⁴

Promulgada após a volta da democracia, a Carta Constitucional de 1946, manteve o capítulo sobre educação e cultura, onde estabelece que o ensino nos diferentes ramos é ministrado pelos poderes públicos, sendo livre à iniciativa privada, desde que sejam observadas as leis que o regulam e, principalmente, que a educação é um direito de todos.

Alguns princípios que foram anulados pela Constituição de 1937 foram reintroduzidos na nova Carta. Passa a não ser mais competência do Governo Federal legislar sobre todas as questões relacionadas com o ensino. Acabando, portanto, com a centralização que passou a vigorar a partir do Estado Novo. “Sua preocupação maior é a de expurgar o autoritarismo centralista do Estado Novo”⁴⁵. Cabe, novamente, aos Estados e ao Distrito Federal a organização dos seus sistemas de ensino e, à União, a competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação.

⁴⁴ PILETTI, op. cit., p. 100.

⁴⁵ OLIVEIRA, João Batista Araújo e. O dilema do modelo brasileiro de educação. In: VELOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti [et al]. (coord). *Um modelo para a educação no século XXI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p. 182.

Procurando devolver ao país as características de um regime democrático, a Carta Magna assinalava no seu Art. 5 (Item XV, Letra d) a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Esse artigo abriu caminho para a instalação da comissão encarregada de organizar o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 29 de abril de 1947, designada pelo ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani.⁴⁶

Com o objetivo de solucionar por longo tempo a questão do ensino no Brasil, o Poder Executivo encaminhou, em 1948, ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sua discussão deu origem a uma série de debates entre as diversas correntes educacionais. Uns queriam maior ingerência por parte do Governo Federal nos assuntos relacionados com a educação, outros debatiam sobre o fortalecimento dos poderes dos Estados e, ainda, havia os confrontos entre os defensores da escola pública com aqueles que reivindicavam maior apoio à escola particular.

Após treze anos de permanência no Congresso Nacional, finalmente, foi sancionada, em 20 de dezembro de 1961, a primeira lei brasileira que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional em todos os níveis de ensino, a Lei nº. 4.024, apresentando em seus termos os princípios, as normas fundamentais, os objetivos básicos e fins da educação, além de assegurar o direito à educação, dando oportunidades iguais para todos.

Mantendo os fins da educação estabelecidos pela Lei de 1961, uma década depois, já no período da ditadura militar, o sistema de ensino primário e médio sofreu total reformulação com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 que fixava as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus.

⁴⁶ NISKIER, op. cit., p.311.

A estrutura anterior do ensino é modificada e novas denominações são dadas ao ensino primário e médio. O primário e o ginásio são unificados em apenas um curso, o de 1º grau, passando a ter a duração de oito anos e, o 2º grau, em três ou quatro anos, sendo obrigatoriamente profissionalizante até 1983, quando, através da Lei 7044, de 18 de outubro de 1982, foi dada a liberdade aos estabelecimentos de ensino optar por oferecer ou não a habilitação profissional.

Após duas décadas de regime militar e com o país comandado por um presidente civil, escolhido pelo Colégio Eleitoral, com a incumbência de realizar a “transição para a democracia” foi promulgada em 5 de outubro de 1988 a nova Carta Constitucional.

No que se refere à educação, se for comparada com textos constitucionais anteriores, a nova Carta apresenta grandes avanços, principalmente se levarmos em conta que alguns dos princípios propostos pelo Fórum da Educação na Constituinte, formado por diversas entidades representativas dos educadores, durante a elaboração da mesma, na Assembléia Nacional, foram incluídos em seus textos.

Entre os princípios da educação contidos na Carta de 1988 que não existiam nos textos constitucionais anteriores e que por si só já constituem um grande avanço, podemos citar os seguintes: “permanência na escola”, “pluralismo de idéias e concepções”, “gestão democrática” e “valorização dos profissionais do ensino”.

Como podemos observar, neste capítulo, todas as reformas educacionais realizadas desde os primórdios da História do Brasil foram quase sempre elaboradas com a intenção de melhorar a nossa realidade educacional. No entanto, é necessário observar que apesar dos avanços, ainda temos muito a

fazer para que possamos oferecer um ensino de qualidade a todos e em todos os níveis de ensino. Finalizando, concordamos com Nelson Piletti quando diz em seu livro:

Mais do que novos caminhos, o que se propõe [...] é que sejam difundidos e seguidos caminhos e experiências já muitas vezes apontados e sugeridos por educadores e grupos cuja única preocupação é a superação do impasse em que se encontra a educação brasileira. Isso só será possível na medida em que a escola e comunidade, professores e alunos aliarem-se na luta pela democratização da escola e pela implantação de uma filosofia educacional comprometida com a permanente transformação da realidade em que vivemos.⁴⁷

De acordo com esse pensamento podemos afirmar que os projetos educacionais não podem ser elaborados de cima para baixo por técnicos em Educação dos Ministérios como tem acontecido. Devem surgir de um diálogo entre as diferentes comunidades brasileiras e os órgãos governamentais.

O distanciamento entre o poder central e as comunidades, responsável pelo relativo fracasso das tentativas de reformas do ensino, deveu-se ao fato de se desconhecer a realidade das diferentes populações que habitam o território nacional.

Daí, a necessidade de um estudo prévio para se conhecer melhor as diferentes regiões e comunidades brasileiras de forma que se possa avaliar adequadamente a dificuldade da problemática educacional. Nesse sentido, tentaremos tecer considerações iniciais sobre a comunidade de Vassouras e sua integração no esforço de promover programa educacional.

⁴⁷ PILETTI, op. cit., p. 151.

Capítulo 2

O Ensino em Vassouras

A abertura do Caminho Novo das Minas ou Estrada Real para Vila Rica, no final do século XVII, por Garcia Rodrigues Paes, filho do “Caçador de Esmeraldas”, Fernão dias Paes, com a finalidade de escoar a produção de ouro e pedras preciosas das Minas Gerais para cidade do Rio de Janeiro e, para se conseguir um melhor controle na fiscalização da mesma, ocasionou o surgimento de vários caminhos secundários que mais tarde deram origem a diversos núcleos urbanos.

O grande fluxo de viajantes e tropeiros que utilizavam a nova estrada e de suas variantes foi o responsável pelo aparecimento de muitos povoados, como Pati do Alferes, Sacra Família, Paraíba do Sul e Vassouras.

Na margem esquerda do rio Paraíba, Garcia Rodrigues Paes Leme, fixou residência.

Um dos primeiros povoados a despontar na zona serrana fluminense é a Freguesia de S. Pedro e São Paulo da Paraíba, atual cidade de Paraíba do Sul, quando Garcia Rodrigues Paes em sua empreitada partindo da Borda do Campo, hoje cidade de Barbacena, atravessa a Mantiqueira e, rasgando picada na mata, atinge, em 1698, as margens do Paraíba, erguendo neste local a sede de sua fazenda.⁴⁸

Antecedendo à cultura do café, as roças de mantimentos e plantações de cana de açúcar foram as primeiras formas de exploração do solo dos primeiros núcleos populacionais da região. Posteriormente, se tem a criação de suínos,

⁴⁸ CONSELHO Estadual dos Direitos da Mulher. *Mulheres fluminenses do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2001. p. 52.

para o preparo da carne salgada, que era muito apreciada pelos habitantes da Corte, transportada através do Caminho Novo, para as freguesias de Pilar e Iguaçu na Baixada Fluminense.

A criação da Vila de Pati do Alferes foi o resultado direto da influência que as variantes do Caminho Novo tiveram no surgimento dos povoados na região serrana.

Dessas antigas estradas, que conduziam serra acima, a mais utilizada nos primeiros tempos foi a que, subindo pelo vale do rio Santana, tocava na Roça do Alferes, vindo de Pilar (hoje Duque de Caxias). Ali, havia bons ranchos e os viajantes podiam se abastecer de farta alimentação, inclusive o açúcar e água para os animais.

Próximo a essa estrada, localizada ao norte de Pati, ainda no princípio do século XVIII, já existia a conhecida Sesmaria de Pau Grande, tendo a fazenda do mesmo nome fundada em 1709, que se iniciou como um grande engenho de açúcar. Durante todo o transcorrer deste século, grande número de sesmeiros foram agrupando-se ao seu redor, sendo, o português, Leonardo Cardoso da Silva, alferes de ordenança, um desses povoadores, cuja união do vocábulo indígena “pati” - grande quantidade de palmeira existente naquele local, ao posto de ordenança, exercido por este, viria a designar o povoado de Pati do Alferes.

Logo a seguir à inauguração do tráfego por essa via, a Roça do Alferes foi se tornando um pouso conhecido. E parece haverem tido uma invulgar tenacidade os pioneiros que desbravaram esta zona, onde as lavouras rapidamente se estenderam por todo um longo trecho da estrada geral.⁴⁹

⁴⁹ TALISMÃ DE NOTÍCIAS, Vassouras, 9 jul./9 ago.1975, p. 4.

⁴⁹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Vassouras: estudo da construção residencial urbana*. Rio de Janeiro, 1968. p. 16.

⁴⁹ TALISMÃ DE NOTÍCIAS, op. cit., p. 4.

Mesmo antes do ciclo do café, a fertilidade do solo fazia florescer a lavoura e, conseqüentemente, enriquecer os proprietários rurais, já com suas terras bastante valorizadas.

Com o desenvolvimento agrário em volta do Caminho Novo tornou-se necessário a criação de um núcleo administrativo para esta zona serrana. Em 1726, O Bispo Dom Frei Antônio de Guadalupe, em sua passagem pela região, a caminho de Minas, referenda a criação da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Serra Acima da Roça do Pati do Alferes. Designando o lugar para a elevação de um templo, cuja construção é realizada sob as expensas do Capitão Francisco Tavares e inaugurado em 13 de abril de 1739. “Por Alvará de 1795 é elevada à categoria de freguesia, dando origem à primeira vila da região, a Vila de Pati do Alferes”.⁵⁰

Com o contínuo tráfego pela estrada geral e a investida de colonos em crescente número para as matarias, aumenta o arraial. Em 1795, a igreja é demasiado pequena e a construção de outra é iniciada. E ao ter entrado o século XIX, já é visivelmente necessária a criação de vila que centralizasse uma zona retalhada em numerosas fazendas cultivadas.⁵¹

Na Roça do Alferes, que havia pertencido a Leonardo Cardoso da Silva e que a ele sucederam José Francisco Xavier e Antônio Luis Machado, foi erigida a sede da Vila de Pati do Alferes, criada por Alvará Real de 4 de setembro de 1820. Nessa época Vassouras já era um pequeno arraial que pertencia a recém criada Vila.

A região onde se encontra o Município de Vassouras era, no século XVIII, um grande descampado que pertencia a Freguesia de Sacra Família do

⁵⁰ TALISMÃ DE NOTÍCIAS, op. cit., p. 4.

⁵¹ Idem, p. 4.

Caminho Novo do Tinguá. Foi, a princípio, uma grande sesmaria, denominada Vassouras e Rio Bonito, concedida a Francisco Rodrigues Alves e Luiz Homem de Azevedo, em 06 de outubro de 1782. Cultivada por Francisco Rodrigues Alves que passou a lhe chamar somente de Vassouras. Consta que recebeu este nome, devido à existência, na região, de grande quantidade de uma espécie de arbusto utilizado para confeccionar vassouras.

O Café sobe a Serra. As primeiras mudas foram plantadas pelo Padre Antônio Couto da Fonseca, no final do século XVIII, na antiga Freguesia de N.S.da Conceição da Paraíba Nova (atual município de Resende), transportadas da Fazenda do Mendanha, que pertencera ao sargento-mor Luis Vieira Mendanha, em Campo Grande.

Inicia-se uma nova fase na economia brasileira que irá sobrepor à produção aurífera, já em visível processo de escassez.

Na primeira metade do século XIX, o café já é cultivado em grande parte do Vale, fazendo mudar todo o aspecto físico da região, os morros em 'meia-laranja' e a floresta virgem são propícios e preparados para receber a rubiácea oriunda da África e que durante centenas de anos fora cultivada pelos árabes. Na Europa, foram os franceses, que no século XVII deram fama ao produto, qualificando-o como 'bebida de luxo'.⁵²

Transcorrida pouco mais de uma década da elevação de Pati do Alferes à condição de Vila, quase nada foi realizado em prol do progresso do núcleo urbano devido ao grande desinteresse de seus fazendeiros, que se preocupavam somente com o desenvolvimento das suas propriedades rurais. Motivo este, que levou os representantes da Câmara de Pati a pôr em discussão

⁵² CONSELHO Estadual dos Direitos da Mulher, op cit., p. 58

as possibilidades de transferir a sede da Vila para Vassouras, proposta que foi aprovada por unanimidade.

É criada, oficialmente, a Vila de Vassouras, através de Decreto assinado pela Regência Trina, em 15 de janeiro de 1833, extinguindo-se, pelo mesmo, a Vila de Pati do Alferes, passando desta forma aos domínios de Vassouras. Dois anos depois, em 13 de abril de 1835, Vassouras passa a ser Cabeça de Comarca e, no dia 29 de setembro de 1857, é elevada à categoria de Cidade, quando já desfrutava do apogeu cafeeiro.

Foi Vassouras o centro, por excelência, da produção cafeeira, tornando-se uma das mais ricas cidades da província do Rio de Janeiro e do Império.

Um grupo de invulgares atributos progressistas ali aparece. A julgá-lo pelo crivo da época, isto é, pelo grande número de 'barões do café', coloca-se Vassouras em primeiro lugar entre os municípios serranos por seu potencial agrícola e por sua formidável ascensão cultural.⁵³

Durante quase meio século, o café foi o responsável pela riqueza e ostentação de Vassouras, tornando-se, também, o mais importante produto da balança comercial brasileira do Segundo Reinado.

A mão de obra escrava, utilizada para o trabalho na lavoura, contribuiu muito para o enriquecimento dos senhores rurais. Vassouras chegou a possuir uma das maiores populações escravas do país, atingindo 20.000 negros escravos num total de 36.000 habitantes.

⁵³ LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IHGB, 1950. p. 265.

De modo geral pode-se dizer que os senhores rurais aplicavam somas importantes no desenvolvimento da cidade na medida em que este lhes trazia benefícios particulares.

[...] surge uma nova aristocracia, rural, habituada ao convívio social urbano. Esta aristocracia cria as cidades e instituições que lhe permitem administrá-las numa alternância entre as principais famílias... Recebem títulos do Império pelos seus feitos... São barões, condes e viscondes que vão atuar no panorama político e econômico do Brasil Império.⁵⁴

A abolição da escravatura em 1888 foi a gota d'água para a derrocada do café em Vassouras. Já por volta de 1880, o declínio das plantações se faz presente, a terra cansada e improdutiva não mais produz milhares de arrobas, o café caminha para outras regiões, toma a direção de São Paulo e do norte fluminense.

Conforme podemos observar na citação a seguir, foi o ensino que forneceu as melhores condições de recuperação para a cidade de Vassouras.

A cidade se viu dependente do comércio e do turismo, antes de entrar num marasmo econômico total. Somente com a implementação da indústria do ensino, a partir do final da década de 60, principalmente da Fundação Educacional Severino Sombra, Vassouras reconquistou parte do status perdido. O crescimento econômico, porém, nunca mais foi o mesmo.⁵⁵

Tendo em mente este pensamento passamos a apresentar, conforme anunciado no final do primeiro capítulo, uma visão da evolução do ensino em Vassouras.

⁵⁴ VASSOURAS turismo: um grande centro de atividades culturais. *Revista Expansão Nacional*. Niterói, RJ: LL Divulgação e Editora Cultural Ltda. Ano VI, n. 75, jul.1999. p. 46.

⁵⁵ TALISMÃ DE NOTÍCIAS, op. cit., p.4.

2.1 Período do Império

A preocupação com o ensino em Vassouras já era uma questão discutida pouco tempo depois da criação da Vila, em 1833, como se pode observar no texto abaixo, referente a uma sessão da Câmara, realizada no dia 7 de maio de 1836, na qual, uma das comissões da assembléia, queixava-se do abandono em que se encontrava o ensino:

Tendo subido o número de casas, dizia o parecer, a mais de mil e trezentas, seria bastante que houvesse em cada uma delas uma só criança em idade de receber instrução, para que se contasse no município para mais de mil e trezentos meninos em idade de aprender e, no entanto só vinte e oito dessas crianças é que estão estudando, e isto mesmo em aulas particulares.⁵⁶

O baixo ordenado do professor, nada convidativo, para aquele que desejava exercer o magistério, e a distância entre a escola e a residência do aluno, já que não existiam escolas apropriadas para receberem pensionistas, eram os grandes obstáculos à criação de escolas públicas.

Não tendo sido tomada nenhuma providência para solucionar o problema, a Câmara solicitou ao Presidente da Província, em 18 de julho de 1837, um professor de primeiras letras para a freguesia de Pati do Alferes e informou que “Vila de Vassouras estava, então, bem servida de instrução primária com a escola mantida pela Sociedade Promotora da Civilização e Indústria.”⁵⁷

O ano de 1852 foi muito promissor para o ensino público, além do Colégio Vassourense, dirigido pelo Dr. Manoel Joaquim da Silva, situado na Vila, cujo ensino secundário se tornou algum tempo depois o grande responsável pelo

⁵⁶ RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, SEEC, 1978.p .43.

⁵⁷ Idem, p. 44.

desenvolvimento intelectual de muitos Vassourenses, foi criado um outro em Sossego (atual Barão de Vassouras), e mais duas escolas particulares para meninos, sendo uma delas em Pati. “Mas apesar de todo esse progresso, ressentia-se ainda a pitoresca Vila, de grande falta de estabelecimentos de ensino nos quais pudesse a mocidade desenvolver convenientemente o seu intelecto, pois bem pobres eram as escolas existentes.”⁵⁸

Por volta de 1854, o ensino das primeiras letras e a “instrução propedêutica” , como se refere Inácio Raposo, é revigorado quando aparece no município o colégio dirigido pelo Dr. Antônio José Fernandes.

Em 1858 surgiram dois importantes colégios particulares de instrução secundária, para o sexo masculino, o Colégio Souza Braga e para o feminino, o Colégio de Madame Grivet.

No primeiro ensinava-se, segundo prova os anúncios, primeiras letras, francês, piano, canto e tudo mais que é mister para a educação, etc. No segundo, instrução primária e secundária sendo as matérias do mesmo: doutrina cristã, português, francês, caligrafia, música, desenho e trabalhos de agulha.⁵⁹

Em 1864 sob a direção da educadora Condessa de La Hure é instalado, na Cidade, mais um colégio particular para meninas.

Tendo recebido o nome de sua ilustre diretora, desempenhou esse conceituado instituto importantíssimo papel na educação de inúmeras senhoritas que em nada desmereceriam ao lado das educadas na Corte.⁶⁰

⁵⁸ Raposo, op. cit., p. 85.

⁵⁹ Idem, p. 124.

⁶⁰ Idem, p. 135.

No colégio dirigido pelo professor Teodoro Augusto de Freitas Magalhães, criado por volta de 1865, era ministrado o ensino primário e secundário, com capacidade de receber alunos pensionistas, externos e meio pensionistas. No ano seguinte (1866), com o objetivo de ministrar o ensino religioso, moral, artístico e científico, além de idiomas estrangeiros como o alemão, o grego e o italiano, foi criado o Colégio da Adolescência, dirigido pelos professores Carlos Sebastião e Júlio César Pegado, tornando-se um dos mais importantes estabelecimentos de ensino particular da província. Principalmente, a partir de 1873, quando o Barão de Tautphoeus, transferiu-se para Vassouras e passou a lecionar neste Instituto, aumentando ainda mais o conceito da escola.

O erudito professor Barão de Tautphoeus até então residia no Rio, com grande nomeada, pois era tido por muitos como um verdadeiro sábio, e assim já o tinha qualificado alguns jornais do Império.

De 1870 a 1875 subia a média de alunos desse estabelecimento a cerca de 300, a maior parte dos quais vinham de regiões distantes e um grande número da Corte. Na lista dos seus habilíssimos professores brilhavam os nomes de Lucindo Filho e Lameira de Andrade.⁶¹

Na década de 1870, o ensino particular toma um grande impulso com a criação de vários colégios. Em 1874 é fundado o Colégio de Meninas por Dom Ronorina de Siqueira e Silva, para educação primária, que foi, possivelmente, substituído pelo Colégio Santa Luísa, criado em 1877. Neste mesmo ano, de 1877, Júlio César Pegado funda o Ateneu Vassourense, surgem, também, mais outros três novos colégios destinados à educação de meninas, dirigidos por Amélia Ursulina da Rocha Brandão, Joaquina de Andrade e Josefina Rosa Pereira Coelho, respectivamente, e o Colégio Brandão, criado pelo Professor Alberto Brandão em 10 de janeiro de 1878.

⁶¹ RAPOSO, op. cit., p.146.

A febre amarela, que vitimou muitos professores, trouxe grande prejuízo ao ensino primário. Com esforço do poder público municipal e da iniciativa particular, novas perspectivas começaram a surgir a partir de 1886, como podemos observar no texto de Inácio Raposo:

Assim, pois, entraram a funcionar, além das provinciais, as escolas públicas municipais da cidade de Vassouras, de Aliança, Massambará, Mata-Cães, Estiva, Ferreiros, Graminha, Várzea, Pocinho e Comércio.⁶²

A década de oitenta foi marcante para a decadência de Vassouras, o solo pobre não produzia mais tantas arrobas de café, a abolição dos escravos fez cessar a mão de obra na lavoura e o empobrecimento e êxodo da população levou ao desaparecimento de muitas escolas. Mesmo assim, sob a iniciativa de alguns cidadãos vassourenses, tendo a frente o padre Olímpio de Castro, foi criado em abril de 1894, o Ateneu Vassourense, destinado ao ensino primário e complementar, com aproximadamente 20 alunos em regime de internato e 50 externos.

Mal ecoara a notícia, recordaram-se todos com a mais ardente saudade dos áureos tempos em que floresceram aqui os colégios Antonio Fernandes, Alberto Brandão, Alexandre Pegado, Domingos de Almeida e Alberto Leite [...].⁶³

De tudo que foi exposto conclui-se que o ensino sempre foi uma preocupação da comunidade vassourense desde seus primórdios. No entanto, a execução desse propósito deveu-se muito mais à iniciativa particular do que a

⁶² Raposo, op. cit., p. 184.

⁶³ Idem, p. 208.

ação do poder público, embora este assunto tivesse sido confiado pelo Ato Adicional de 1834 às províncias e não ao Governo Central, com o início do Segundo Reinado voltou a responsabilidade do poder central. Mesmo assim a comunidade vassourense teve que tentar suprir suas carências referentes à formação da juventude com seus próprios recursos. Portanto, de um modo geral, pode-se afirmar que a iniciativa particular no campo do ensino foi predominante na comunidade vassourense desde sua fundação.

As leis e reformas de ensino tentadas no Império, conforme referidas no primeiro capítulo, como por exemplo, o Artigo 179 da Constituição de 1824, garantindo instrução primária gratuita a todos os cidadãos; a Lei de 1827, que estabelecia a criação de escolas de primeiras letras em todos as vilas, cidades e lugares populosos do Império; as reformas de Couto Ferraz de 1854 que dava maior ênfase à questão da inspeção nas escolas já existentes e, finalmente, a reforma de Leôncio de Carvalho em 1879, instituindo a obrigatoriedade do ensino primário. não contribuíram muito para promover em Vassouras um ensino público de qualidade a todos os cidadãos. Mas dependeram de um maior ou menor conhecimento das mesmas por parte da iniciativa particular dos que velavam sobre a instrução em Vassouras.

Como se verá no período da República, ainda, a iniciativa particular foi mais atuante do que a iniciativa pública em Vassouras.

2.2 Período da República

No palacete que pertencera ao Dr. Caetano Furquim de Almeida, doado pelos seus herdeiros à Câmara Municipal de Vassouras, passou a funcionar, a partir de julho de 1895, o Asilo Furquim sob a direção das Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Amparo. Posteriormente, em 1905, passou para a Congregação dos Santos Anjos, que ainda hoje mantém o Colégio dos Santos Anjos, não mais com a finalidade de educar a criança desvalida, mas como um respeitável colégio de ensino particular.

O Colégio dos Santos Anjos, fundado em 1906, é uma escola confessional, mantido pelas Religiosas dos Santos Anjos. O Colégio vem preparando os alunos através de uma visão cristã, tornando-os conscientes da importância da fraternidade e da solidariedade, para a construção de uma sociedade onde haja mais igualdade e direito para todos.⁶⁴

Em 1911 foi inaugurado o Grupo Escolar Thiago Costa, a primeira escola pública estadual mista de Vassouras, que passou a funcionar no prédio que pertenceu, no século XIX, ao fazendeiro João Maria Lisboa e, posteriormente, ao Barão de Massambará, que o vendera ao Estado, onde, funcionavam duas escolas destinadas uma para cada sexo.

Podemos atentar para o fato de ser tratar de uma escola do interior, ministrando o ensino gratuito, leigo e coabitado antes mesmo das reivindicações da reestruturação educacional tão preconizada pelos Pioneiros da Escola Nova o que é de se considerar um verdadeiro pioneirismo para a cidade de Vassouras.

⁶⁴ COLÉGIO DOS SANTOS ANJOS. *Informativo 2004*. Vassouras, 2004.

O Grupo Escolar foi criado pelo Decreto nº 1.200 de 7 de fevereiro de 1911 e oferecia o ensino primário gratuito até a 5ª série que, segundo Maria Luiza T. J. Sertório:

A inauguração de uma escola pública estadual em Vassouras, constituiu-se um marco na história da cidade, pois até então o ensino primário em Vassouras, era oferecido pelas escolas particulares. A população estudantil da cidade compunha-se, na sua maioria, de alunos oriundos das classes mais abastadas, que podiam pagar os estudos de seus filhos. Os menos favorecidos não estudavam.⁶⁵

Devido a precariedade de conservação do imóvel, o Governo do Estado decidiu, em 1953, pela construção de um novo prédio, em outro local da cidade, para instalar o Grupo Escolar.

Com o falecimento de Eufrásia Teixeira Leite, em 1930, Vassouras foi contemplada, através de seu testamento, com recursos para a construção de dois colégios para crianças carentes, um para o sexo masculino e outro para o feminino. Cabia a estes colégios educar e instruir até a maioridade, cinqüenta meninos e cinqüenta meninas pobres e/ou órfãos moradores do Município com a possibilidade de receber alunos contribuintes.

Ao Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus foi legado o educandário feminino que em homenagem ao pai de Eufrásia, deveria ser chamado de Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite, sendo inaugurado em maio de 1939, ficou mais conhecido por Colégio Regina Coeli, por possuir esta Congregação religiosa um outro colégio com o mesmo nome, localizado no bairro da Tijuca, na Rua Conde de Bonfim na cidade do Rio de Janeiro.

⁶⁵ SERTÓRIO, Maria Luiza Trouche Jordão. *Grupo Escolar Thiago Costa - A Educação Pública Estadual em Vassouras: 1940-1953*, p. 70.

Sobre a importância deste educandário para Vassouras, destacamos trecho de reportagem do Jornal Correio de Vassouras que nos diz o seguinte:

[...] O Instituto Profissional 'Dr. Joaquim Teixeira Leite', construído na antiga Chácara Calvet, é bem a afirmação clara da evolução, do progresso de Vassouras na época em que vivemos.

Suntuoso na sua forma e nas suas instalações, esse novel estabelecimento de ensino doado a Vassouras pela grande benfeitora D^a Eufrásia Teixeira Leite, é pode-se dizer uma dádiva do Céu, às crianças órfãs vassourenses, que já no momento recebem, rodeadas de todo o conforto, as noções primordiais elementares da vida, que são o ensino moral e intelectual.

Dirigido com muita eficiência pela Congregação do Sagrado Coração de Jesus, este importante educandário veio abrir as portas da esperança, a inúmeras criaturas, dando-lhes o ensejo de receberem o cultivo essencial e de inestimável valor para os dias futuros.⁶⁶

O Colégio, inicialmente, funcionava com turmas de 1^a a 5^a série do ensino primário, posteriormente veio oferecer o curso ginasial e, em 1954, o Curso Normal que foi extinto em 1974.

Com autorização do Conselho Estadual de Educação e Cultura passou a funcionar em 1979 o Curso de Suplência em nível de 2^o Grau com habilitações de Auxiliar de Escritório, de Contabilidade, de Patologia Clínica e Básico de Administração. "Com a implantação do 2^o grau, misto, inicia-se a mudança e filosofia do Colégio."⁶⁷

Em 1988, as irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Jesus não suportando mais as precárias condições financeiras do Colégio, resolvem passar a administração do mesmo para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, herdeira Universal do Espólio de Eufrásia Teixeira Leite.

⁶⁶ INSTITUTO Profissional Feminino "Dr. Joaquim Teixeira Leite". *Correio de Vassouras*, Vassouras, 15 fev. 1940, n. 206-207.

⁶⁷ SOUZA, Therezinha Coelho de. *O Colégio do Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite, de Eufrásia a Sombra: a realização de um sonho*. Vassouras, 2001. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, USS. p. 63.

Em 19/12/1988 as irmãs declarando-se impossibilitadas de continuar a administrar tal legado, não só pelos custos materiais, como pela ausência de irmãs, transferem à segunda legatária, (Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vassouras) o patrimônio legado por Eufrásia Teixeira Leite bem como todas as benfeitorias necessárias realizadas pela Associação, com recursos próprios, durante os 50 anos em que deteve a posse do legado.⁶⁸

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, diante das sérias dificuldades financeiras e administrativas em que se encontrava o Colégio resolve, em 1999, através da assinatura de um contrato de Comodato transferi-lo para a Fundação Educacional Severino Sombra, desde que esta se comprometesse a respeitar as cláusulas do testamento de Eufrásia Teixeira Leite e assumir a responsabilidade de manter e educar as meninas órfãs e pobres. Transcrevemos abaixo o Contrato de Comodato realizado entre a FUSVE e a Irmandade da Santa Casa de misericórdia de Vassouras:

Ata da reunião da Mesa Administrativa e do Conselho de Administração, realizada dia 19.02.99 Dezenove de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove às dezessete horas na sala de reuniões do Hospital Eufrásia Teixeira Leite, tendo como assunto em pauta , a transferência do Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite para a Fundação Educacional Severino Sombra [...].

A seguir, conforme enunciado na página 78, transcreveremos na folha seguinte, o contrato de Comodato na íntegra:

Contrato de Comodato que entre si celebram a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras e a Fundação Educacional Severino Sombra, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento particular, nesta e melhor forma de Direito, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras, sediada na Praça Provedor Félix Machado n.º 110, CGC n.º 32.410.615/0001-82, representada neste ato pelo seu Provedor, Raul de Ávila Martins, brasileiro, casado, aposentado, residente na Rua José do Patrocínio n.º 76, Bairro Carvalheira, desta Cidade, devidamente autorizado pela Mesa Administrativa da Irmandade, a seguir denominada simplesmente “Comodante” e a Fundação Educacional Severino Sombra, entidade filantrópica de direito privado e sem fins lucrativos, mantenedora da “Universidade Severino Sombra – USS” e do “Colégio Sul Fluminense de Aplicação”, vinculado à Universidade, sediada na Praça Martinho Nóbrega n.º 40, centro, também nesta Cidade de Vassouras, CGC n.º 32410037/0001-84, representada neste ato pelo seu Presidente Vitalício, Severino Sombra de Albuquerque, brasileiro, casado, professor de ensino superior e militar da inatividade, residente na Rua Eugênio Mexias n.º 163, Bairro Madrugada, desta cidade, ouvido o Conselho Diretor da Fundação, a seguir, designada Comodatária.

Considerando que o Comodante, legatária substituta instituída no Testamento da finada Da. Eufrásia Teixeira Leite, vem encontrando dificuldades financeiras e

⁶⁸ <<http://www.abphe.org.br/congresso2003.htm>>. Acessado em 16 jun.2005.

operacionais no cumprimento dos encargos testamentários referentes à manutenção, instrução e educação gratuitas de 50 (cinquenta) meninas pobres da cidade de Vassouras, acolhidas no Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite;

Considerando que é de seu desejo dar continuidade ao atendimento daqueles encargos, mediante delegação à Comodatária, entidade mantenedora de estabelecimentos de ensino, com comprovada experiência e capacidade gerencial no campo educacional;

Considerando que a Comodatária vem exercendo, há mais de 25 (vinte e cinco) anos, atividades de ensino, na Cidade de Vassouras, mantendo, para esse fim, a Universidade, o Colégio de Aplicação e o Hospital Universitário, demonstrando possuir as qualidades necessárias e suficientes àquele mister;

Considerando que a Comodatária, consultada, manifestou o interesse de desenvolver atividades de ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, no prédio da Rua Dr. Fernandes Júnior n.º 89, nesta cidade, objeto do legado e, em contrapartida, assumir os referidos encargos testamentários referentes à manutenção e instituição das menores carentes,

Resolvem, as partes interessadas, celebrar o presente Contrato de Comodato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Primeira - O Comodato tem por objeto parte do imóvel situado na Rua Dr. Fernandes Júnior n.º 89, com acesso também pela Avenida Otávio Gomes, no centro desta cidade, devidamente demarcada por tracejamento feito sobre a planta de levantamento geodésico da área, o qual fica fazendo parte integrante e complementar deste contrato. Na área objeto do comodato encontra-se localizado o prédio do “Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite” com a sua edificação principal, acessórias, instalações e demais serventias de toda e qualquer espécie ou natureza, a serem utilizadas pela Comodatária para os fins e sob condições especificadas nas cláusulas subsequentes.

Segunda - O imóvel, suas edificações e demais serventias serão utilizados pela Comodatária para instalação e funcionamento dos Cursos e demais atividades vinculadas à Universidade Severino Sombra, conforme suas finalidades e objetivos, e, ainda, pelo Colégio de Aplicação, além da manutenção do “Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite”, neste último caso conforme cláusula específica constante deste Contrato.

Terceira - O prazo do Comodato será de 15 (quinze) anos, a contar da efetiva ocupação do imóvel pela Comodatária, prorrogando-se automaticamente, por tempo indeterminado, até ser denunciado por qualquer das partes, com antecedência mínima de 6 (seis meses), assegurada a ocupação do imóvel até o término dos Períodos Letivos dos Cursos e demais atividades mencionadas na cláusula anterior. A Comodante renuncia, expressamente, ao direito de suspender o uso e a posse do imóvel entregue em Comodato, nos termos do artigo 1250 do Código Civil Brasileiro.

Quarta - A Comodatária se compromete manter o imóvel e suas edificações em perfeito estado de conservação e limpeza, efetuando todos os serviços de reparos e consertos de que necessitem, sendo-lhe facultado efetuar no imóvel as benfeitorias que julgar indispensáveis, que a ele ficaram incorporados. Qualquer alteração estrutural no imóvel dependerá, entretanto, de prévia aprovação da Comodante.

Quinta - A Comodatária assume o compromisso de resgatar por sua conta, nos prazos regulamentares, diretamente junto à Entidade exatora, ou por ressarcimento à Comodante, quaisquer tributos que venham a incidir sobre o imóvel, a partir desta data; obriga-se, ainda, a promover o seguro das edificações contra risco de incêndio. Obriga-se outrossim, comunicar à Comodante qualquer notificação ou exigência de responsabilidade da mesma, recebidas de autoridades competentes.

Sexta - Durante a vigência deste contrato a Comodatária obriga-se a assumir em parte, o encargo previsto nas cláusulas “b” e “c” da verba II (dois) do legado constante do Testamento de D. Eufrásia Teixeira Leite, no que se refere a manter os objetivos do “Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite” para instrução e educação gratuitas de 50 (cinquenta) meninas pobres, que serão recolhidas até completarem a maioridade civil, ministrando a essas meninas instrução fundamental e técnica, nas áreas dos Cursos mantidos pela Comodatária de modo a habilitá-las a ingressar no mercado de trabalho. Fica entendido que a Comodante objetiva, com esta cláusula, atender ao espírito da verba testamentária, que não pode ser entendido como o de estabelecer, para as menores carentes uma habilitação sem perspectivas de sucesso profissional.

Sétima - Como condição expressa, necessária, irrevogável e irreatável, para celebração e interpretação deste Contrato, fica entendido que de nenhum modo ocorre sucessão entre a Comodante e a Comodatária, não assumindo esta, sob nenhum fundamento ou pretexto, dívida ou responsabilidade da Comodante, inclusive da entidade educacional por esta mantida, denominada “Colégio do Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite”, sejam de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista ou de qualquer outra natureza, por mais especial que possa ser, que continuarão sob responsabilidade exclusiva e intransferível da Comodante. Por igual Comodante não se subrogará ou sofrerá a imposição, em qualquer tempo, de ônus ou encargos assumidos pela Comodatária no exercício dos direitos e obrigações decorrentes deste Comodato.

Oitava - Sem prejuízo da integral exclusão de responsabilidade constante da cláusula anterior (sétima), a Comodatária, considerando o apelo feito pela Comodante, a título de colaboração, prestará uma ajuda de natureza financeira à Comodante, objetivando auxiliá-la para quitação de obrigações pendentes, inclusive para efeitos dos ônus decorrentes da rescisão dos contratos de trabalho dos funcionários e Professores do -----citado “Colégio do Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite”, no valor máximo de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) em cheque n.º 769415, do Banco do Brasil, Agência de Vassouras/RJ, entregue no ato da assinatura do presente Contrato.

Nona - Em caso de dúvida ou questões originárias da execução deste Contrato, as partes se obrigam a submeter a controvérsia a dois árbitros, um de cada parte, os quais, a seu turno, de comum acordo, indicarão um terceiro desempatador, objetivando a conciliação de seus interesses e a definição de suas obrigações.

Décima - O presente Contrato produzirá efeitos imediatamente, em decorrência da natureza urgente do atendimento de seus fins. Entretanto, as partes têm acordado que sua subsistência e validade ficarão sujeitos à aprovação judicial, a ser postulada pela Comodante.

Décima Primeira - As partes contratantes elegem o foro desta Cidade e Comarca de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, para a dirimência de questões resultantes deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, reservando para interpretação dos casos omissos a

Legislação que lhes for aplicável, notadamente os artigos 1248 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

E por estarem assim justos e Contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, juntamente com uma relação discriminada de móveis, utensílios e equipamentos que guarnecem o imóvel objeto do Comodato e que ficarão sob a guarda da Comodatária, tudo para que surta seus devidos e legais efeitos.

Vassouras, RJ, 29 de Janeiro de 1999.
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras

Ass. Raul de Ávila Martins
Provedor
Fundação Educacional Severino Sombra
Ass. Prof. Severino Sombra de Albuquerque
Presidente

Testemunhas:

- 01 - Ass. Gustavo Lisboa Braga
- 02 - Ass. Maria Thereza Mattoso do Carmo.⁶⁹

O Instituto Profissional Masculino, que deveria abrigar os cinquenta meninos, que, conforme testamento de Eufrásia Teixeira Leite, legado aos Padres Salesianos do Colégio Santa Rosa, em Niterói, foi recusado por estes, e coube à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, segunda legatária, tomar as providências para cumprimento da cláusula testamentária. Assina em 1950 um contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que segundo Lielza Lemos:

No mês de dezembro de 1954, os vassourenses presenciaram a criação da Escola 12-1 do SENAI – Serviço de Aprendizagem Industrial – que teve sua aula inaugural pronunciada a 1º de abril de 1955. Os primeiros ensinamentos foram voltados para Mecânica Geral e a esta área técnica foram somadas disciplinas instrumentais como: Português, Matemática e Desenho. Mais tarde vieram outras: Ciências, Estudos Sociais e Moral e Cívica.⁷⁰

⁶⁹ VASSOURAS, RJ. Arquivo do Museu Severino Sombra. *Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras*. Vassouras, 1999. Caixa 79.

⁷⁰ MACHADO, Lielza Lemos. *Imagens de Vassouras*, 1ª ed. Vassouras: Prefeitura Municipal, 1996. p. 55.

Com o nome de Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite na fachada de um de seus prédios, a escola do SENAI, atualmente, oferece ensino profissionalizante público e particular.

A magnífica construção foi concluída e ali funciona até os dias atuais um centro de treinamento alimentar de primeira ordem e conhecido em todo o Brasil. Mas os cursos são pagos e têm duração de um, dois ou três dias. São cursos de fabricação de pães, massas, molhos, chocolates, salsichas e embutidos que podem fornecer aos interessados as noções básicas de aprendizagem industrial. O tempo passou e depois de quase cinquenta anos, quase ninguém relaciona esta escola com o nome de Eufrásia Teixeira Leite, é apenas o SENAI.⁷¹

De acordo com informações fornecidas pela Prefeitura Municipal e pela Coordenadoria Regional da Região Centro Sul 2, da Secretaria Estadual de Educação, podemos observar que o município de Vassouras, atualmente, se encontra em condições bem favoráveis quanto ao número de escolas disponíveis à população, tanto da rede pública quanto da rede particular.

Possui 21 Escolas Municipais, incluindo-se aqui a Sociedade Pestalozzi e as Creches Leon Gilson em Barão de Vassouras e São Vicente de Paula no Greco; 08 Escolas Estaduais e 13 escolas particulares além, da Universidade Severino Sombra.

Atualmente, a distribuição geopolítica de Vassouras se apresenta da seguinte forma:

- 1º - Sede, Ipiranga, Itakamosi, Demétrio Ribeiro, Barão de Vassouras;
- 2º - Andrade Pinto, Andrade Costa;
- 3º - São Sebastião de Ferreiros, Pirauí, Capim D'Angola, Vargem do Manejo;
- 4º - Sebastião de Lacerda, Massambará, Aliança, Cananéia.

⁷¹ <<http://www.abphe.org.br/congresso2003.htm>>. Acessado em 16 jun.2005.

Portanto, se em termos quantitativo o ensino no Município se apresenta de forma favorável, ao mesmo tempo é forçoso reconhecer que ainda é necessário rever a questão qualitativa, principalmente, quanto ao ensino gratuito oferecido à camada mais pobre da população situada fora da área urbana. A realidade nestas regiões nos mostra um quadro diverso das escolas existentes no centro do Município, encontrando-se aquelas, ainda, desprovidas do mínimo indispensável para a prática de um bom ensino.

Os dados acima referidos mostram que quantitativamente as instituições de ensino público passaram a superar àquelas de ensino particular ao longo do período republicano. Convém, no entanto, observar que o ensino superior só se fez presente através de uma Instituição particular, da mesma forma, merece destaque o fato de que o Colégio de Aplicação da USS, assunto do terceiro capítulo, é um Colégio particular com um trabalho social de um ensino público, apesar de estar sempre buscando uma superação qualitativa, prova cabal disso é que dos 398 alunos matriculados, da Educação Infantil ao Ensino Médio, somente 140 alunos pagam mensalidades.

Capítulo 3

Universidade Severino Sombra e seu Colégio de Aplicação

Severino Sombra de Albuquerque encontrava-se com quase sessenta anos, quando foi convidado, em fevereiro de 1966, para passar um final de semana na Colônia de Férias da Light, na cidade de Vassouras. Não era mais um jovem militar, que imaginara um dia, em Portugal, criar em uma pequena e tranqüila cidade a sua “Coimbra Brasileira”. Homem respeitado e conhecido nacionalmente, pelos vários cargos públicos que ocupou e, particularmente, pela publicação, em 1938, do livro *História Monetária do Brasil Colonial*, fruto das pesquisas e investigações realizadas nos arquivos portugueses, durante o ano de 1933, quando lá esteve exilado.

Ao conhecer o centro de Vassouras, com seus casarões e palacetes construídos na época do Brasil Império, pelos barões do café, teria ficado encantado. “Começa então, a passar pela sua cabeça o vídeo tape de sua vida, volta aos anos trinta e, sente, novamente, aquela emoção que sentira em Coimbra. Seu sonho pode se tornar realidade”.⁷²

Retorna algumas vezes a Vassouras, visita outros municípios e finalmente decide que seria nesta pequena e recatada cidade do interior do Rio de Janeiro que concretizaria o seu ideal.

Convidado a participar, no dia 26 de fevereiro, de um almoço no Rotary Clube, ele expõe sua idéia de fazer de Vassouras um Centro Universitário, que pudesse dar aos jovens do interior a possibilidade de cursar escolas superiores e,

⁷² ALBUQUERQUE, Maria José Pires Sombra de. *Severino Sombra de Albuquerque*. Vassouras, RJ, 2003. (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USS.

conseqüentemente, inseri-los em pé de igualdade no desenvolvimento científico e tecnológico acessível somente àqueles que tinham condições de estudar nas grandes cidades e capitais.

Suas idéias causaram satisfação em alguns e perplexidade e desconfiança em outros. De uns recebe apoio, de outros objeção. Mas sua persistência e firmeza iriam sobrepor todas as dificuldades. Junto àqueles que o apoiava estava um grupo de senhoras que formava o “Comitê Feminino” e, que, incansavelmente, lutaram de mãos dadas com Severino Sombra, em prol da criação de uma universidade. Destacamos um trecho de uma carta enviada por ele a estas senhoras, em 29 de agosto de 1967, onde podemos observar o seu reconhecimento em relação ao apoio que elas lhe deram.

[...] é fácil concluir que eu não teria persistido, não fosse o verdadeiro heroísmo do pequenino grupo de senhoras que atuam no Comitê Feminino. Desafiando insultos, sarcasmos e incompreensões, essas corajosas e inteligentes mães de família [...] deram-me um apoio que, nem de joelhos, o povo vassourense poderá agradecer mais tarde [...].⁷³

Com o objetivo de gerar o patrimônio financeiro necessário para instituir uma Fundação que pudesse estabelecer a “base legal” para criação da primeira escola de nível superior e, portanto, manter a obra universitária, foi realizada, no dia 04 de junho de 1966, na sede da Sociedade Musical Recreio Vassourense, a assembléia de fundação da Sociedade Universitária John F. Kennedy (SUNNEDY). Com a presença da sociedade vassourense e de diversas autoridades, inclusive, da Embaixada Americana e da ONU, foi realizada no dia 12 deste mesmo mês a Sessão Solene de Instalação da Sociedade.

⁷³ VASSOURAS. Arquivo do Museu Severino Sombra. *Sunnedy*. Vassouras, 29 ago.1967. Caixa 2.

Após a obtenção deste patrimônio, foi instituída em Assembléia Geral, realizada em 29 de janeiro de 1967, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vassouras, pelos membros da SUNEDY, a Fundação Universitária Sul Fluminense. Sendo eleito, por unanimidade, o Professor Severino Sombra, seu Presidente “ad-vitam”.

Severino Sombra de Albuquerque consegue vencer mais uma etapa em direção à concretização do seu ideal, mas, ainda encontra algumas dificuldades. Em mais um trecho da carta enviada às senhoras do Comitê Feminino ele desabafa:

A Fundação foi instituída para criar e manter estabelecimentos de ensino superior, a se reunirem, posteriormente, na Universidade Sul-Fluminense. Isso ela vai fazer, com Vassouras ou sem Vassouras. Não está em causa a minha pessoa; esta, poderia continuar a se sacrificar num meio que não a preza, nem compreende. O que está em causa é o ideal e, este, não tenho o direito de sacrificar. Porque Vassouras não quer a Universidade, não é justo nem moral que a mocidade sul-fluminense seja abandonada e deixe de ter o ensino superior.⁷⁴

Ao mesmo tempo em que alguns membros da sociedade vassourense combatiam a criação da universidade, outros municípios vizinhos, procuravam Severino Sombra para oferecer local para a sua instalação. Como por exemplo, Três Rios e Paraíba do Sul. “Aos que são realmente movidos por um ideal superior cumprirá, então, ir ao encontro dos que, em outras cidades, abrem os braços da cooperação”.⁷⁵

⁷⁴ VASSOURAS. Arquivo do Museu Severino Sombra. *Sunnedy*. Vassouras, 29 ago.1967. Caixa 2.

⁷⁵ Idem.

Diante do desabafo de Severino Sombra, as pessoas que estavam com ele, trabalhando pela mesma causa, não mediram esforços para dissuadi-lo da idéia de aceitar as ofertas de outros municípios e desistir de Vassouras.

Ciente de que a construção de novos prédios acarretaria uma despesa exorbitante, em dezembro de 1967, ele tenta junto ao Governo Federal a desapropriação e a cessão com encargos à Fundação de alguns imóveis, construídos no século XIX, pelos barões do Império, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com a finalidade de adaptá-los de forma que pudesse instalar os cursos superiores que fossem autorizados a funcionar pelo Conselho Federal de Educação. Este processo se arrastou por mais de três anos e a Fundação, diante deste fato, procurou outros meios para instalação da Faculdade.

O Palacete Barão de Massambará, situado à rua Dr. Joaquim Teixeira Leite, 53, pertenceu, no século XIX, ao fazendeiro João Maria Lisboa e posteriormente a Marcelino de Avelar e Almeida (Barão de Massambará), sendo adquirido, em 1874, através de subscrição popular, pelo Governo da Província Fluminense, para ser utilizado somente para fins educacionais. Sendo utilizado, até 1954, pelo Grupo Escolar Thiago Costa, a primeira escola pública mista criada em Vassouras, em 15 de março de 1911. Sem preservação, o imóvel ficou em condições lamentáveis, levando o Governo Estadual a construir, em 1953, um novo prédio em outro local da cidade para abrigar o Grupo Escolar.

Com a construção da BR-116, Rodovia Lúcio Meira, o DNER obteve do Estado, em 1954, a cessão do imóvel para sede de seu escritório, comprometendo a conservá-lo e a devolvê-lo, quando fosse terminada a construção da estrada. O que, infelizmente não aconteceu, fazendo piorar ainda

mais as condições precárias em que se encontrava o imóvel. Seus porões tornaram-se depósito de sucatas e locais para lavagem de caminhões, o “Salão Nobre” foi cedido para o funcionamento de uma gafieira (Bico do Urubu), sendo, inclusive, considerado irrecuperável pelos próprios engenheiros do Estado. Por se tratar do único prédio, entre os palacetes legados pelos Barões do Café, a pertencer ao Estado, a Fundação Educacional Severino Sombra solicita a cessão de uso, ao Governador Geremias de Mattos Fontes, para que fosse instalada a Faculdade de Medicina.

Mesmo assim, ‘irrecuperável’, tudo se tentou para não entregar o prédio, já cedido, em 24 de maio de 1967, pelo Governo do Estado à Fundação Universitária Sul-Fluminense, a fim de servir de sede à Faculdade de Medicina.⁷⁶

Foi uma luta árdua de 19 meses, em que muito pesaram os interesses eleitorais envolvidos na Gafieira, assim como os dos funcionários do DNER que não queriam sair do centro da cidade para o local escolhido à margem da nova estrada. Afinal, entregue à Fundação, em março de 1969, esta fez o milagre de recuperar, em curto espaço de tempo, o histórico palacete, ampliando-o e o adaptando, para que fosse instalada a sua Faculdade, que começou a funcionar em 1º. de julho de 1969 com as três primeiras séries. Como podemos observar:

A Fundação Universitária Sul-Fluminense, realizou em ritmo acelerado as obras necessárias à instalação da Faculdade de Medicina, [...]. A reforma do Palacete Barão de Massambará, cedido pelo Governo do Estado e, durante 14 anos, entregue ao DNER, que o deixou em mísero estado, obrigou a Fundação a uma grande despesa [...].⁷⁷

⁷⁶ VASSOURAS. Arquivo do Museu Severino Sombra. *Exposições de motivos*. Vassouras, [s.d.], Caixa 70.

⁷⁷ Idem.

Para cumprir exigência do Conselho Federal de Educação, em 25 de março de 1975, a Fundação Universitária Sul Fluminense teve que mudar seu nome para Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE).

Em 29 de agosto de 1975, através de contrato realizado com a Caixa Econômica Federal e financiamento pelo Fundo de Assistência Social (FAS), foi adquirida a chácara que pertencera no século XIX ao Visconde de Araxá e, que se encontrava em mãos de seus herdeiros, para que fosse construído o Conjunto Universitário.

Uma das maiores preocupações do Governo Federal no que se refere à Educação, na década de 1960, era conseguir dar uma solução para o problema dos excedentes nos vestibulares. O Ministro da Educação se encontrava sob decisão judicial que o obrigava a matricular todos os estudantes classificados e, para isto, era necessário autorizar a abertura de novas Faculdades.

Quando Severino Sombra se propôs a fazer de Vassouras uma Cidade Universitária, seu plano era começar com os cursos de Pedagogia, Letras e História e não com uma Faculdade de Medicina, cujo custo é muito elevado. Mas, por insistência do Diretor de Ensino Superior do Ministério de Educação, Professor Carlos Alberto Del Castilho, ele decidiu dar entrada, no Conselho Federal de Educação, ao pedido de autorização para funcionamento da Faculdade de Medicina, sendo este, aprovado, em 10 de outubro de 1968 e confirmado pelo Decreto n.º 63.800, de 13 de dezembro do mesmo ano. Em março de 1969 é realizado o primeiro Concurso Vestibular para a Faculdade de Medicina de Vassouras, com o início das aulas em 1º. de julho de 1969. Em 1973, de acordo com o Parecer n.º 36/73 de 12/03/1973 e Decreto n.º 72.061, publicado

no D. O. em 09/04/1973, ela teve o seu Reconhecimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

No artigo de autoria de MAURY, publicado primeiro exemplar do Jornal “O Vassourinha”, em setembro de 1969, destacamos o seguinte texto referente à Faculdade de Medicina de Vassouras:

FACULDADE DE MEDICINA DE VASSOURAS

A nossa Faculdade já foi um boato, hoje é um fato, um sonho, um ideal que parecia não acontecer, mas aconteceu. Está aí vibrante. Jovem ainda, ensaiando os seus primeiros passos, mas decisiva. E cada um de nós se orgulha de a ela pertencer e desejamos também que ela se orgulhe de nós.

Tudo isto aconteceu, meus colegas, porque um homem idealista e dinâmico, se atirou a esta causa de corpo e alma. (General Severino Sombra).

Muitos generais celebrizaram-se por suas conquistas bélicas, divergências ideológicas ou simplesmente por domínios territoriais. Era isto, invadiram terras alheias, com poderosos canhões e impuseram as suas bandeiras.

Nós temos, porém um outro general e uma outra bandeira. Comandante de uma causa pacífica, nobre e, sobretudo humana. A de formar MÉDICOS [...].⁷⁸

Com o início das aulas, mais uma vez, a Fundação se deparou com um novo problema, a necessidade de um espaço físico onde pudessem ser realizadas as aulas práticas das cadeiras clínicas da Faculdade. Com o objetivo de solucionar esta questão, o Professor Severino Sombra tentou propor um convênio com a Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, mantenedora do Hospital Eufrásia Teixeira Leite, para a criação de um Hospital-Escola. Os interesses de ambas as instituições se divergiam e não havendo um consenso, os entendimentos não prosseguiram, levando a Fundação a buscar outros meios que atendessem àquela necessidade.

⁷⁸ MAURY. A primeira palavra. *O Vassourinha*. Vassouras: Faculdade de Medicina de Vassouras, set. 1969. n. 1.

Com a ajuda financeira do Ministério da Educação, em 10 de março de 1970, comprou a antiga chácara que pertencera ao cantor Vicente Celestino e, posteriormente, a uma Ordem Religiosa, que ali mantinha a Sociedade Feminina de Educação e Assistência. Nesta área com aproximadamente 22.000 m² cinco grandes pavilhões já construídos, para servir de Noviciado, manda levantar um ambulatório para que fossem realizadas as aulas práticas do ciclo clínico da Faculdade de Medicina e, simultaneamente, oferecer atendimento médico à população de Vassouras e municípios vizinhos.

Em menos de um mês foi inaugurado, em 06 de abril de 1970, o Hospital-Escola, que recebeu o nome de Jarbas Passarinho, em homenagem ao Ministro da Educação e Cultura, que muito apoiou a Fundação em seus projetos de implantação e ampliação. O Ambulatório Manuel Ferreira começou a funcionar com 11 consultórios devidamente equipados e uma sala de pequenas cirurgias. Entre as especialidades médicas, contava com Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Ginecologia, Urologia, Cardiologia e Pediatria.

Para atender às necessidades de um Hospital-Escola, várias obras de adaptação foram realizadas de forma que pudessem acomodar um total de 150 leitos, a instalação do Centro Cirúrgico, Centro de Radiologia, CTI e Pronto Socorro.

Com a presença do Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, foi inaugurado em 27 de abril de 1972 o Centro Cirúrgico, o berçário e as primeiras enfermarias.

Após devidamente autorizada pela Câmara dos Vereadores, foi assinado, em 1º de julho de 1970, um convênio, entre a Prefeitura de Paraíba do Sul e a Fundação Universitária Sul Fluminense, para funcionamento da

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras naquela cidade. O Convênio estabelecia a cessão do Palacete do Barão Ribeiro de Sá e do antigo Teatro, ambos seriam reformados e adaptados pela prefeitura, para instalação da Faculdade. Enquanto as obras não fossem concluídas a Faculdade funcionaria, em caráter provisório, no prédio pertencente à Irmandade Nossa Senhora da Piedade, local onde funcionavam um asilo e um orfanato.

Foi realizado em 22 de agosto de 1971 o primeiro Vestibular para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Paraíba do Sul e, de acordo com os Pareceres n.º 426/71 e 483/71 de 29 de junho de 1971 e Decreto n.º 69.230 de 21 de setembro de 1971, foi autorizada a funcionar, pelo Conselho Federal de Educação com oito cursos.

Com a expansão das atividades escolares, o crescente aumento no número de matrículas e, principalmente, com o objetivo de concentrar as suas Faculdades em uma única cidade, a Fundação decidiu transferir a Faculdade para Vassouras.

Assina convênio com a Associação Madre Cabrini das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, proprietárias do Colégio Regina Coeli, para instalação, também em caráter provisório, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Vassouras. Em 04 de junho de 1975, de acordo com o Parecer n.º 1894, do Conselho Federal de Educação, publicado no Diário Oficial de 07/08/1975, foi aprovada a transferência. Em 20 setembro é realizada a formatura da primeira turma, já nesta cidade. Em novembro de 1977 é transferida definitivamente para o Pavilhão E do Conjunto Universitário, que atualmente tem o nome de Pavilhão Ana Maria Leal Almeida.

Em 1976, os Cursos de Letras, História, Pedagogia (Habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar), Matemática, Física e Ciências Biológicas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, foram reconhecidos, através dos Decretos Executivos n.º 77.574, de 11 de maio de 1976, publicado no Diário Oficial de 12/05/76 e n.º 77.729 de 01/06/76, publicado no D.O de 02/06/76. E, em 1979, os cursos de Geografia, pelo Parecer n.º 1512/79 e Portaria Ministerial 1228/79 de 18/12/79 e o de Química, através do Parecer n.º 1651/79 e Portaria Ministerial n.º 87/80, de 21/01/80.

Após quase trinta anos do início das aulas da Faculdade de Medicina, finalmente, o General Severino Sombra realizou o seu sonho maior, o reconhecimento de Universidade pelo Ministério da Educação, das Faculdades Integradas Severino Sombra, em 1997, através de Decreto Presidencial publicado no DOU de 04 de julho.

A Universidade Severino Sombra oferece, atualmente (2005), vinte e quatro cursos de graduação, vários cursos de Pós-graduação Lato Sensu, além do Curso de Mestrado em História, aprovado pela CAPES em 1994 e reconhecido em 2000, “contribuindo cada vez mais, para fortalecer o caráter de reconhecimento nacional que a Universidade já conseguiu.”⁷⁹

Conforme dissemos no primeiro capítulo, o Ensino Superior sempre foi para os ricos, mas o CAp, vem ao longo dos anos quebrando esse tabu uma vez que prepara jovens menos abastados, filhos de funcionários e crianças pobres da comunidade que hoje têm a possibilidade de freqüentar os mais diversos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Severino Sombra.

⁷⁹ ALBUQUERQUE, Maria José Pires Sombra de. *Severino Sombra de Albuquerque*. Vassouras, RJ, 2003. (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USS.

De tudo que foi historiado aqui em relação ao ensino no Município de Vassouras, pode-se concluir, em primeiro lugar, o esforço para dotar os filhos da comunidade de condições básicas no campo do saber. Em segundo lugar torna-se claro que o ensino em Vassouras deve-se mais à iniciativa particular do que a oferta do poder público, embora, este, a partir dos períodos assinalados, tenha estado bem presente. Em terceiro lugar, merece destaque o fato desse esforço ter culminado com a conquista maior no campo acadêmico através da criação de uma Universidade que oferece, inclusive, o Curso de Mestrado.

Veremos a seguir o interesse da Universidade em não se manter numa esfera puramente elitista, mas de tentar democratizar a possibilidade de ascensão ao Ensino Superior, oferecendo esta oportunidade até mesmo para as camadas mais carentes através da criação de um Colégio de Aplicação.

O Colégio Sul Fluminense de Aplicação, de acordo com o Organograma Institucional da Fundação Educacional Severino Sombra, está vinculado à Reitoria Acadêmica da Universidade Severino Sombra. Situado na Rua Dr. Fernandes Júnior, 89 Centro – Vassouras – RJ. Oferece Ensino Infantil, Fundamental, Médio e de Educação Profissional.

Criado por prazo indeterminado e mantido pela Fundação Educacional Severino Sombra (FUSVE), entidade filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro e inscrito no (CNPJ) sob o número 32410037/0001-84.

A decisão do Professor Severino Sombra de criar um Colégio de Aplicação surgiu da necessidade de proporcionar à população estudantil de Vassouras e das cidades circunvizinhas a possibilidade de enfrentar em pé de igualdade os exames seletivos de ingresso ao ensino superior, reforçado, pelo

fato de que o número de estudantes da região que passavam nos vestibulares para os cursos oferecidos pela então Faculdades Integradas Sul Fluminense era, na realidade, insignificante em relação àqueles vestibulandos oriundos de outras cidades. De modo que, para atender a esses interesses, urgia a necessidade de estabelecer um colégio que praticasse um ensino de alto padrão ou como dizia o Professor Severino Sombra, “um colégio onde o ensino fosse rigoroso”.

Juntando-se a esta problemática ainda existia a necessidade de criar um campo de estágio e pesquisa para os alunos das diversas licenciaturas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde houvesse professores habilitados para este fim, de maneira que propiciasse a integração entre a teoria aprendida por estes alunos nas cadeiras da faculdade e a prática exercida na sala de aula.

Assim, em meados do ano de 1984, o Professor Severino Sombra constituiu uma Comissão formada por membros da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras para que fossem realizados todos os trabalhos necessários à implantação de um colégio de aplicação. Entre as pessoas que compunha a Comissão estavam as Professoras Vera Maria Cordilha Porto, Déa Teixeira da Cruz Leal e Selma Gomes Moraes Silva.

Como resultado dos trabalhos realizados pela citada Comissão foi elaborada a minuta do Regimento do Colégio, baseada no Regimento do Colégio de Aplicação João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora, posto que, entre outros regimentos observados, tais como os dos Colégios de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, este era o único que se aproximava da realidade de Vassouras.

O Ginásio de Aplicação João XXIII, da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora, foi criado em 1965, pelo professor Murílio de Avellar Hingel, ex –Ministro da Educação, como ‘uma escola de experimentação,

demonstração e aplicação', para atender aos licenciandos em termos de pesquisa e realização de estágios supervisionados [...] Após a Lei nº 5692/71, o Ginásio passou a Colégio de Aplicação João XXIII [...].⁸⁰

Após a reunião da documentação necessária à Fundação Educacional Severino Sombra, representada pelo seu Presidente, Professor Severino Sombra de Albuquerque, solicitou, em 24 de setembro de 1984, à Diretoria do Núcleo de Educação de Vassouras e à Diretoria de Apoio Técnico (DAT) da Secretaria Estadual de Educação o pedido de encaminhamento para autorização do funcionamento do Colégio Sul Fluminense de Aplicação e, procedendo-se da mesma forma, em 09 de outubro, junto à Secretária de Estado de Educação, Professora Yara Vargas.

Entre os documentos anexados ao Processo E-03/1303441/84 que tratava da solicitação de autorização de funcionamento do Colégio, a Fundação apresentava uma justificativa para a criação do mesmo, que transcrevemos na íntegra:

JUSTIFICATIVA

No cumprimento de seu propósito de integração na Comunidade e a fim de proporcionar, principalmente à Região Sul-Fluminense, maior quantidade possíveis de contribuições no sentido do Aperfeiçoamento do Ensino, a FUSVE se propõe a oferecer uma nova sistemática de ensino que propicie ao alunado efetiva oportunidade de uma educação integral e verdadeira, isto é, uma educação dentro da realidade local e nacional, para que sejam seus beneficiários homens de seu tempo e seu espaço. Com tal objetivo, mister se faz aproveitar e adaptar, quanto possível, as mais válidas experiências realizadas no Setor.

Enquadra-se nos objetivos da FUSVE pesquisar novos métodos e técnicas, que levem o homem brasileiro àquele crescimento, que só a educação integral proporciona.

Assim, é de suma importância que os objetivos do Colégio Sul Fluminense de Aplicação sejam meta de todos os que participem dessa Instituição como educadores, como educandos ou, até, como simples auxiliares da obra educativa.

⁸⁰ <<http://www.joaouxiii.ufjf.br/colegio2.htm>>. Acesso em 20 jun. 2005.

Ao criar o Colégio Sul-Fluminense de Aplicação, a FUSVE foi movida pela necessidade da implantação de um Centro pedagógico, de aperfeiçoamento do ensino, de experimentação de novos métodos de trabalho na área educacional. E nisto, o Colégio se integra aos mais marcantes objetivos da Fundação mantenedora.

E constitui, pois, uma unidade necessária no complexo institucional de ensino que a Fundação vem promovendo na Região Sul-Fluminense, no qual já se integram 8 Cursos superiores (Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras e Pedagogia) a exigirem Estágio Supervisionado que será muito melhor cumprido em Colégio de Aplicação da própria mantenedora.⁸¹

Sob a direção da professora Vera Maria Cordilha Porto, entre 21 de fevereiro e 01 de março de 1985, foram realizadas as atividades de Planejamento Pedagógico, iniciando-se as aulas em 04 de março deste mesmo ano com 54 alunos distribuídos entre o segundo segmento do 1º grau e as três séries do 2º grau, para fazer uso da terminologia da Lei 5692.

Antes mesmo da criação do Colégio, a professora Vera Maria Cordilha Porto já havia sido indicada para responder pela sua direção, já que era uma profissional com grande experiência na área educacional. Formada em História e Pedagogia, já exercera vários cargos dentro do magistério público, entre eles o de Diretora do Colégio Estadual Ministro Raul Fernandes. Durante doze anos a professora dedicou-se à direção do Colégio, realizando diversos eventos e contribuindo para elevar ainda mais o seu conceito de uma instituição voltada para a qualidade do ensino. Adotando ainda, uma política de integração entre escola, aluno e comunidade.

Como prova de que tantos esforços foram julgados válidos pelas autoridades ministeriais podemos citar a concessão do Registro de Autorização de Funcionamento do Colégio, em 24.06.1986 pela Portaria nº 7011/DAT –

⁸¹ VASSOURAS. Arquivo do Museu Severino Sombra. *Justificativa*. Vassouras, [s.d.]. Caixa 75, pasta 7.

Processo E-03/1303441/84, a aprovação do Regimento Escolar, em 05.03.1986, pela Portaria nº 6.669/DAT e, do seu Adendo, em 08.11.1989 pela Portaria nº 85/CDCE.

Quatro anos após ser autorizado o funcionamento do Colégio foi homologado, em 10.10.1990, o seu Reconhecimento pela Secretaria Estadual de Educação, através do Parecer 252/90 do CEE com publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 16/10/1990 e, através da Portaria nº 997/CDCE.E de 04/12/90 foi publicada em 17.12.90 a homologação do mesmo parecer.

Devido ao fato de o Colégio, a princípio, não oferecer um ensino continuado para prática pedagógica do primeiro segmento do 1º grau dos estagiários dos diversos cursos de licenciatura e, ainda, para atender determinação da Secretaria Estadual de Educação foi realizado um convênio de intercomplementariedade com o Centro Educacional Paulo Doro, sendo regulamentado pela Portaria nº 591/CDCE-E de 19/06/90 e publicado no Diário Oficial de em 23/08/90.

Para suprir a carência de técnicos especializados na região, o Colégio resolve, também, investir na formação profissional do indivíduo, passando a oferecer outras modalidades de cursos, tais como, Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Radiologia.

Em 1990 foi autorizado a funcionar, através da Portaria 998/90 CDCE.E publicada no Diário Oficial de 17/12/1990, o Curso de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, sendo, em 2001, adequado para Curso de Formação Profissional de Técnico em Enfermagem através do Parecer 254/00:

Em 23/06/92, através do Processo E-03/8.000.065/92 foi dada a entrada do pedido de reativação do Curso de Qualificação de Auxiliar de Enfermagem na Secretaria Estadual de Educação. No Diário Oficial de

15/12/1993, foi publicada a Autorização de Reativação do Curso pelo Parecer nº 405/93 aprovado em 09/11/93 e Portaria 3743 CDCE publicada no Diário Oficial de 15/03/1995.⁸²

Em 05 de maio de 2000 iniciaram-se as aulas do Curso de Formação Profissional de Técnicos de Radiologia, cuja solicitação de funcionamento foi feita através do Processo nº E-03/8.010.048/99.

É importante salientar que muitos desses alunos, após a conclusão do curso, têm a oportunidade de trabalho dentro do Hospital Universitário e, ainda, que a maioria deles passam a freqüentar a Universidade com os recursos do seu próprio trabalho. Fato que põe em evidência a preocupação da USS e do Colégio de Aplicação em oferecer oportunidade de ascensão acadêmica também para aqueles que se encontram excluídos da camada elitista da sociedade, contribuindo, desta forma, com a inclusão social do indivíduo.

Para reafirmar esta preocupação com a inclusão social, podemos acrescentar a atitude tomada em relação aos funcionários da FUSVE/USS e seus dependentes, que, a todos, sem exceção, é dada a possibilidade de, através de bolsa parcial e/ou integral, estudar nos diversos segmentos oferecidos tanto pelo Colégio de Aplicação quanto pela Universidade.

Inicialmente, o Colégio foi instalado no bloco pertencente à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Campus Universitário, funcionando no horário das 7h15 min às 12h30 min, confundindo-se neste espaço de tempo com o expediente da Faculdade.

Com a expansão do número de matrículas, tornou-se necessária a sua transferência para outro local e, com a finalidade de melhor acomodá-lo, em 1993,

⁸² COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO. *Projeto Político Pedagógico*. Vassouras: FUSVE, 2001

a Fundação Educacional Severino Sombra realiza uma reforma geral no Palacete Barão de Massambará, que lhe havia sido cedido, definitivamente, em 1990, pelo Departamento de Patrimônio do Estado e resolve transferi-lo para este prédio.

Em 1999, depois de contrato de Comodato assinado entre a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras e a Fundação Educacional Severino Sombra, o Colégio muda-se para o prédio onde funcionava o Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite – Colégio Regina Coeli, funcionando ali até os dias atuais.

Todo o processo que envolveu a criação do Colégio fez brotar nas pessoas que estavam envolvidas com aquela história um certo sentimento de conquista e isto foi altamente positivo para que tudo desse certo. Desde o nome, da criação da bandeira e das cores do uniforme, tudo era assunto debatido com muita seriedade e entusiasmo.

As cores do colégio foram baseadas na simbologia representada por cada uma delas: o cinza significa seriedade; o branco, a paz e o verde a esperança.

Quanto a sigla, COSFLAP, também lhe foi associado os seguintes significados:

C ULTURA

O RGANIZAÇÃO

F ORMAÇÃO

L AZER

A SSITÊNCIA

P ROGRESSO

Após o credenciamento da Universidade Severino Sombra em julho de 1997, a sigla COSFLAP foi substituída por CAp, permanecendo as mesmas cores, tanto nos uniformes quanto na sua logomarca.

Para respeitar as cláusulas existentes no Termo de Comodato assinado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, foi criado, em 1999, pela Fundação, o Centro de Apoio Social para continuar mantendo as meninas carentes da comunidade em regime de internato cabendo ao Colégio de Aplicação a responsabilidade da sua educação escolar, como podemos observar abaixo:

As mesmas ingressam no internato após criteriosa seleção, tendo a idade mínima de três anos e meio e são assistidas até a maioridade civil. É oferecido a elas estudo no Colégio Sul Fluminense de Aplicação, assistência médica e odontológica no Hospital Universitário e acompanhamento diário da psicóloga onde são desenvolvidos trabalhos terapêuticos de grupo e individuais, projetos culturais e trabalhos mostrando a importância dos valores morais, de educação e de higiene.⁸³

3.1 A Filosofia do Colégio Sul-Fluminense de Aplicação

O Colégio Sul Fluminense de Aplicação foi criado para atender aos estagiários da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Vassouras e, ao mesmo tempo, proporcionar aos jovens de Vassouras e municípios vizinhos reais condições de enfrentar, com chance, qualquer concurso seletivo de acesso ao nível superior. Ao longo de sua existência tem se caracterizado como um colégio comprometido com a qualidade de seu ensino, com as multiplicações

⁸³ UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA. *Folha Dirigida*. Rio de Janeiro, 15 out. 2003. p. 5. (Suplemento Especial do Dia do Professor).

pedagógicas, já que o processo pedagógico não se restringe somente à sala de aula, mas a todo o complexo escolar.

O aluno começa a compreender o valor da escola e o seu sentido a partir do momento em que nela ingressa: a partir desse momento, todos os que aí militam são educadores, todas as atividades, planejadas ou não, são educativas.⁸⁴

De acordo com o regimento escolar do Colégio Sul Fluminense de Aplicação podemos constatar no artigo 3º do Capítulo I:

Art 3º - O objetivo geral do Estabelecimento, é o de proporcionar ao aluno a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para auto-realização, prepará-lo para o exercício consciente da cidadania e prosseguimento de estudos, observando as determinações da legislação em vigor e demais disposições legais atinentes.⁸⁵

A filosofia do Colégio Sul Fluminense de Aplicação é fundamentada por um imenso engajamento sócio-político-pedagógico e voltada para os interesses maiores da educação no seu objetivo precípua de formar cidadãos críticos e atuantes, capazes de contribuir para a transformação da sociedade em todos os seus aspectos.

O artigo 5º do capítulo I deixa bem claro o que foi exposto acima:

Art.5º - A finalidade da educação a ser ministrada, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visa o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania.⁸⁶

⁸⁴RODRIGUES, Neidson. *Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987. (Coleção Educação Contemporânea). p. 84.

⁸⁵ COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO. *Regimento Escolar*. das disposições preliminares. Vassouras, [s.d]. Cap. II Art 3º p. 4

⁸⁶ COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO. *Regimento Escolar*. op. cit. Cap. 1, Art. 5º.

Ainda faz parte da sua filosofia manter um corpo docente qualificado que esteja sempre disposto a aprimorar seus conhecimentos e métodos pedagógicos de maneira com que possa atualizar seus conteúdos e mostrar-se cada vez mais eficaz diante das exigências que uma sociedade em mudança requer. Portanto, capacitados para desenvolver e aplicar as novas tecnologias que o mercado irá exigir do corpo discente, também participativo e ágil. Na convicção de que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.
Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.⁸⁷

A metodologia do Colégio é fundamentada na construção do conhecimento individual e coletivo, propiciando às crianças e aos jovens, durante um período contínuo e extensivo de tempo, uma melhor preparação para os processos seletivos da vida.

De acordo com a professora Marta Kohl de Oliveira:

Qualquer que seja a escola concreta de que tratemos – pública ou privada, ‘tradicional’ ou ‘moderna’, de melhor ou pior qualidade – ela tem uma característica inerente à própria natureza da instituição: o conhecimento é o objetivo privilegiado de sua ação. A escola é o lugar onde trabalhamos com o conhecimento em si mesmo, independentemente de suas ligações com a vida imediata, isto é, na escola o indivíduo aprende a se relacionar com o conhecimento descontextualizado, a tomar a própria organização do saber (basicamente constituído pelas várias disciplinas científicas) como objetivo da sua reflexão. [...] O indivíduo que passa pela escola é submetido deliberadamente, à prática de trabalhar o dom do

⁸⁷ Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.148.

conhecimento como objeto; essa prática provavelmente o instrumentaliza para o modo de funcionamento intelectual típico da sociedade letrada.⁸⁸

Embora saibamos que o Colégio Sul Fluminense de Aplicação tenha sido criado apenas há vinte anos, com a finalidade de servir de local de estágio para os alunos de licenciatura da Universidade Severino Sombra, o torna exemplar, pois, além das características comuns a um colégio, também possui qualidades específicas tais como, a preocupação com os princípios de liberdade, solidariedade e desenvolvimento de uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva.

Podemos ressaltar também a sua constante preocupação no que se refere à questão da educação e cidadania tratadas nos mais diferentes órgãos da sociedade:

A educação está na pauta das discussões também no Brasil. Nas universidades, nas secretarias de educação, nas escolas, nas instituições de estudos e pesquisas, nas organizações não-governamentais, nas associações e nos sindicatos, na mídia, educadores e profissionais de outras áreas, debatem os problemas educacionais e apontam novas perspectivas para a educação e cidadania uma questão brasileira.⁸⁹

O Colégio, em conjunto com a Universidade, tem por finalidade, preparar profissionais que não sejam repetidores treinados, mas sim pessoas criativas com senso crítico desenvolvido, conforme diz o escritor Antonio Carlos Teixeira da Silva:

⁸⁸ OLIVEIRA, Marta Kohl de. Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento. São Paulo: Travessia, 1992.

⁸⁹ Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, 1996, p. 19.

Você se lembra das brincadeiras que fazia quando criança?”. Você brincava, perguntava, questionava, experimentava. Estava brincando de Tarzan numa floresta da África e, 10 minutos depois, poderia ser um astronauta chegando a Marte. Sua criatividade era imensa. Não havia limites para sua imaginação. Até que você entrou na escola e começaram a ensinar “a maneira certa de fazer as coisas”. E você foi treinado para encontrar apenas uma resposta certa para cada problema.⁹⁰

Baseando-se nos princípios idealizados por Severino Sombra, a filosofia norteadora da ação pedagógica do Colégio Sul Fluminense de Aplicação tem sua origem e seu fim na prática social concreta, onde se pretende que haja uma integração entre universidade e comunidade, voltada para a concepção modernizadora da sociedade brasileira e o contexto histórico-social no qual vivem professores e alunos.

A preocupação com o êxito nos exames de processos seletivos instala nos pais, professores e por contágio nos próprios alunos a idéia de que o desempenho do vestibulando é, por excelência, a medida do ensino médio eficiente. Poderia até ser, se o objetivo do ensino que visa à formação geral fosse apenas um instrumento para uma tarefa particular. Já dizia Rousseau:

Que se destine meu aluno à carreira militar, à eclesiástica ou à advocacia pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que lhe quero ensinar. Saindo de minhas mãos, ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre; será primeiramente um homem.⁹¹

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o ensino fundamental compõe, juntamente com a educação infantil e o ensino médio, o que

⁹⁰ SILVA, Antonio Carlos Teixeira da. Educação. E a criatividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, [s.d.].

⁹¹ ROUSSEAU. Emilio. Livro Primeiro. Apud. *Revista da Faculdade de São Paulo*. São Paulo: FEUSP, jan/dez. 1983

a Lei Federal nº 9394, de 1996, nomeia de educação básica⁹². Segundo o Presidente fundador da Fundação Educacional Severino Sombra:

O ensino básico, além dos conhecimentos que o compõem, pressupõe também o desenvolvimento do gosto pelo estudo e do hábito do trabalho disciplinado. E neste sentido prepara para além do vestibular porque prepara para a formação superior e para o trabalho, de forma a não encastelar a educação e nem o saber que são universais, amplos e irrestritos, de modo a que acha um “intercâmbio intelectual e a íntima ligação entre o progresso, o bem-estar e a segurança, de um lado e, do outro, a Ciência e a Técnica, generalizam o imperativo do estudo e da pesquisa em comum, em um centro universitário, dotados de Laboratórios e Bibliotecas, em regime de tempo integral e vivendo solidariamente os problemas e as aspirações da comunidade.”⁹³

É objetivo do Colégio, conforme o seu Projeto Político Pedagógico, ressaltar o ser como agente transformador capaz de superar os obstáculos profissionais e sociais “o aluno será preparado para a vida sentindo que a sociedade do futuro será construída por ele.”⁹⁴ De acordo com esta visão, o Planejamento Curricular foi elaborado através de uma seleção de experiências significativas para o desenvolvimento e formação máxima da personalidade integral do educando, estando ainda em harmonia com as necessidades da sociedade e os fins mais elevados da humanidade em geral.

A renovação da prática educativa também é alcançada pelo planejamento das atividades curriculares [...]. Todos devem trabalhar conjuntamente para alcançar o objetivo maior da escola e, por isso, o planejamento cooperativo é indispensável. Mas tenhamos que a discussão dos objetivos é vinculada à discussão do papel que a escola desempenha na sociedade.⁹⁵

⁹² BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*, op. cit., p. 41.

⁹³ ALBUQUERQUE, Severino Sombra. *Definição de Universidade*. Vassouras, RJ: FUSVE, 1992. p.12.

⁹⁴ COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO – Projeto Político Pedagógico. op. cit.

⁹⁵ RODRIGUES, op. cit., p. 84-5.

Ao se pensar em uma proposta curricular para educação infantil, levou-se em conta não só o número de horas que a criança passa na escola, mas também a idade em que passou a frequentá-la e quantos anos terá pela frente. Estas questões acabam influenciando na decisão sobre os conteúdos básicos trabalhados com a criança como Lógica, Infralógica, Psicomotricidade, Psicolinguística, Artes e Recreação; assim como na articulação entre várias turmas garantindo um maior número de atividades diversificadas.

Considerando-se as particularidades da faixa etária compreendida entre zero e seis anos e suas formas específicas de aprender, foi necessário criar categorias curriculares flexíveis para organizar os conteúdos a serem trabalhados nas turmas da educação infantil. Esta organização visa a abranger os diversos e múltiplos espaços de elaboração do conhecimento e da construção da personalidade infantil que propiciam, por sua vez as aprendizagens consideradas essenciais.⁹⁶

Os ensinos fundamental e médio levam em consideração conteúdos e estratégias de aprendizagem que tornam o aluno capaz de realizar atividades nos três domínios da ação humana: “a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva”⁹⁷.

De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), o Ensino Médio deve aprofundar, reforçando os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, proporcionando ao educando a preparação básica para o trabalho e a cidadania, para que ele possa continuar aprendendo, de modo ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores,

⁹⁶ COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO. *Projeto Político Pedagógico*. op. cit.

⁹⁷ COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO. *Projeto Político Pedagógico*. op. cit.

promovendo o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, compreendendo os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionado a teoria, no ensino de cada disciplina.

Como disse Gusdorf:

Ao professor é exigido que não se limite a apresentar-se com homem de um determinado saber; mas como testemunha da verdade e afirmador de valores [...]. Assim, o professor de matemática ensina matemática, mas ensina também a verdade humana, mesmo que não a ensine; o professor de história, mas ensina a verdade, mesmo que julgue que a administração não o paga para isso. Ninguém se ocupa com a formação espiritual, mas, de fato, toda a gente se ocupa com ela.⁹⁸

A consciência desta responsabilidade é a única garantia de que as programações específicas não se transformem em forças deformadoras, perdendo de vista o valor essencialmente relativo de qualquer área do saber num processo de Educação Básica.

De acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”⁹⁹, com base neste artigo, o Colégio Sul Fluminense de Aplicação, preocupado com a mão de obra profissional ligada à saúde, criou os cursos de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem, Habilitação Profissional de Técnico de Enfermagem e Formação Profissional de Técnico em Radiologia, tendo como objetivo maior

⁹⁸ GUSFORF. G. *Professores, para quê?* Lisboa: Livrarias Moraes Editoras: 1967. p. 89-90.

⁹⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [s.l.]: Editora Opet. 1996. p. 20.

proporcionar aos alunos maiores condições de atuarem efetivamente junto às equipes de saúde principalmente das suas regiões.

A filosofia apresentada pelo Colégio Sul Fluminense de Aplicação, através de seu Plano Político Pedagógico, pretende que seus fins e objetivos sejam continuamente planejados, implementados, avaliados e revisados para permitir contínuo e sistemático planejamento.

Sendo assim, modelos de ensino podem ser considerados como quadros interpretativos que orientam a definição de um certo tipo de ensino, com base em pressupostos teóricos específicos. É possível inferir, a partir da proposta de um modelo, desde os objetivos do ensino, passando pelas qualidades do professor, pela seleção e organização dos conteúdos, pelos métodos e técnicas didáticas, até a própria avaliação da aprendizagem e do processo, crendo que “existe sempre a mentalidade rotineira que formalizará qualquer processo. Por outro lado, a mentalidade criadora conseguirá suprir as falhas inerentes a cada método.”¹⁰⁰

Devemos ter em mente que um modelo de ensino decorre de teorias ou de investigações empíricas, nem sempre impregnadas pelo ar que respira nas atividades cotidianas da sala de aula. Tal fato deve ser motivo de cautela para os educadores e práticos de ensino, em sua ânsia de aplicar os princípios defendidos em um modelo, diretamente em seu dia-a-dia escolar. É necessário, antes de uma precipitada reformulação curricular em razão de pressupostos teóricos, compreender que os modelos de ensino são, antes, geradores de pesquisas, do que repositórios de verdades absolutas.

¹⁰⁰ YOLANDA, Regina. *Educar é criar*: uma experiência em currículo de 1º grau. Rio de Janeiro: Primor Educacional/SEEC-RJ, 1977. p. 113.

Assim, o tipo de ensino previsto, as características e o papel do professor, o tratamento do conteúdo, a seleção das estratégias instrumentais e o sistema de avaliação sugerido, devem ser submetidos tanto ao crivo da pesquisa, realizada em situações reais da vida escolar, quanto ao julgamento da filosofia da educação defendida pelo professor e pelo sistema.

O currículo, enquanto instrumento democrático, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação subjetiva, visando a integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Na busca de uma sociedade mais humana, o Colégio Sul Fluminense de Aplicação tem procurado, através da organização curricular, estabelecer uma diferenciação entre vários âmbitos de experiências possíveis, ressaltando as especificidades que cada aprendizagem possibilita. Visando sempre o desenvolvimento pessoal e social do aluno e a ampliação de seu universo cultural. “Contrariamente às práticas tradicionais, é o ensino que deve se adaptar ao educando e não este submeter-se às regras preestabelecidas do ensino.”¹⁰¹ Compreendido desta forma, a elaboração do currículo pressupõe a ação conjunta de todos os responsáveis pelo educando visto que “A prática educativa é bastante complexa e são inúmeras as questões que se apresentam no cotidiano e que transcendem o planejamento didático e a própria proposta curricular.”¹⁰²

Já citamos que em seus primórdios a nossa educação foi, como não poderia deixar de ser, devido às circunstâncias, politicamente falando, de como se

¹⁰¹ O COREIO DA UNESCO. 21 pontos para uma nova estratégia da educação. Rio de Janeiro, jan. 1973. n.1. In: GARCIA, op. cit. p. 55.

¹⁰² BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília, 1998. (Introdução; v.1). p. 54

formou a sociedade brasileira, a expressão de um longo processo de importação de cultura. Essa condição histórica, de um país colonizado que, por quase quatro séculos, adotou o regime de servidão, que economicamente foi um simples exportador de matérias primas, com uma economia incipiente, sensivelmente dependente dos grandes centros industriais e onde os modelos culturais europeus, particularmente, o francês, eram considerados a expressão máxima de civilização, a educação não poderia ficar à parte.

Sem qualquer adaptação às peculiaridades da realidade brasileira, como geográficas, históricas e econômicas, os modelos educacionais importados da Europa, não conseguiram suplantar o atraso cultural que imperava sobre a sociedade brasileira. O reduzido número de escolas, a péssima qualidade do ensino e, principalmente, a falta de professores habilitados, além da crescente taxa de analfabetismo foram motivos que levaram alguns intelectuais, preocupados com esta situação, a repensar criticamente sobre o nosso sistema de ensino. Apesar das diversas reformulações de ensino, anteriores à República, somente a partir das duas primeiras décadas do século XX é que a sociedade começa a exigir do poder central uma reformulação radical do sistema.

Num país que passava por grandes transformações políticas, econômicas e sociais desde a virada do século, com uma sensível explosão demográfica e um, apesar de modesto, incremento industrial, era intolerável que nosso sistema educacional continuasse como estava. Era mister que acontecesse também mudanças que o adaptasse à nova forma de vida dos brasileiros.

As manifestações culturais que surgiram na década de 20, decorrentes dessa insatisfação, iriam culminar em 1932 com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” o qual se pleiteava uma reformulação completa do nosso

sistema educacional. Somente a partir daí é que o assunto “educação” passa a ter relevância nas mais diversas esferas da sociedade e, principalmente, nos três níveis de Governo. Até mesmo durante o regime do Estado Novo, implantado após a revolução de 30, medidas coerentes à nossa realidade passam a fazer parte da carta constitucional.

Novas reformas se sucederam, sempre na tentativa de solucionar a problemática educacional. Mesmo assim, apesar dos esforços concentrados, tanto da sociedade como dos poderes públicos, chegamos ao século XXI e ainda não conseguimos erradicar totalmente o analfabetismo do país.

Em termos qualitativos, houve um grande progresso, mas ainda é necessário se pensar num ensino público de qualidade, que dê aos seus docentes meios para implementá-lo e aos seus discentes a possibilidade de competir em pé de igualdade com aqueles oriundos das escolas particulares no ingresso ao nível superior.

A qualidade do ensino é uma questão que, como vimos nos capítulos primeiro e terceiro, faz parte da filosofia da grande maioria dos colégios de aplicação. E, em particular, podemos afirmar que esta é uma das propostas que o Colégio Sul Fluminense de Aplicação estabeleceu, desde a sua criação, em 1985, o de ser capaz de oferecer ao seu aluno um ensino que lhe dê a capacidade de ascensão ao curso universitário.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho tentamos enfatizar o fato de a Educação em Vassouras, ter sido obra principalmente da iniciativa particular. Seguindo, portanto, o modelo estabelecido desde a criação do Estado Português; modelo que entregava às ordens religiosas a responsabilidade pelo processo educacional. O Brasil Colonial reviveu desde meados do século XVI essa maneira de justificar a ausência do Estado no campo da Educação quando o ensino foi confiado aos religiosos, particularmente aos Jesuítas da Companhia de Jesus.

A expulsão dos jesuítas e a relativa laicização do estado, desde o surgimento do Movimento Iluminista na segunda metade do século XVIII, não tolheu aos religiosos o domínio no campo da educação, precisamente, porque os estados não dispunham de leigos preparados para assumir integralmente a direção do processo educacional. No Brasil independente esse modelo se repetiu. E, as tentativas de diferentes governos, já na República, no sentido de dirigir o processo educacional, limitaram-se a legislações que demonstravam oratória e veleidades ineficientes em razão da ausência de recursos aplicados ao ensino.

Na medida em que o país foi se expandindo, as novas comunidades sentiram aumentar a necessidade de preparar seus filhos para o futuro, porém, sem que para isso tivessem que residir nos centros mais populosos e melhor preparados para a problemática da Educação. Nesse sentido, foram surgindo instituições de ensino por obra da iniciativa particular.

É, particularmente, o caso da comunidade de Vassouras, cujos líderes favoreceram com o passar dos anos cada vez mais o surgimento de entidades de ensino mantidas por recursos particulares.

Apenas em 1911 surge em Vassouras a primeira escola pública coabitada e com ensino leigo, intitulada Grupo Escolar Thiago Costa. E, somente, na segunda metade do século XX, com as novas cobranças da sociedade, o número de escolas públicas aumenta, superando, em razão do fator econômico e democrático, o total de escolas particulares.

Mas, como ficou claro no final do segundo capítulo e ao longo do terceiro, coube a uma entidade particular a primazia de estabelecer o Ensino Universitário em Vassouras. Essa mesma entidade particular preocupou-se, de maneira muito especial, em criar condições para que cidadãos oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade galgassem o nível universitário ao criar o Colégio Sul Fluminense de Aplicação.

Conforme ficou demonstrado no capítulo 3º os alunos desse Colégio de Aplicação, em sua grande maioria, não pagam mensalidade. Pode-se dizer, portanto, que de alguma maneira esse Colégio fornece aos seus alunos as principais vantagens de uma escola pública, constituídas pela ausência de ônus financeiro e abertura para camadas menos favorecidas.

Ao mesmo tempo, coloca a disposição dos alunos, vantagens de uma escola particular de elite que são, principalmente, a qualidade do ensino associada às facilidades de ascensão ao nível universitário e a boa qualidade de suas instalações que se orientam pelo espírito de nada deixar faltar a esses educandos.

Existe uma real vontade de acertar caracterizada por um esforço de detectar e corrigir as falhas e, sobretudo, de dialogar com os pais, numa tentativa constante de preparar seus alunos/filhos para o exercício pleno da cidadania.

Por isso, concluímos, convencidos de que embora continuem existido altos e baixos, o Colégio Sul Fluminense de Aplicação representa uma síntese feliz de todo esforço educacional da comunidade vassourense, particularmente, pela sua tentativa constante em preparar melhor seus alunos para os desafios apresentados por esta fase da evolução da humanidade que os especialistas denominam terceira revolução ou revolução do conhecimento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

01. ALBUQUERQUE, Maria José Pires Sombra de. **Severino Sombra de Albuquerque**. Vassouras, RJ, 2003. (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USS.
02. ALBUQUERQUE, Severino Sombra. **Definição de Universidade**. Vassouras, RJ: FUSVE, 1992.
03. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normatização de documentos no Brasil**. Rio de Janeiro, 1989.
04. AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
05. BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1996.
06. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
07. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, 1998. (Introdução; v.1).
08. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC, 1996.
09. CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1988.
10. CÂNDIDO, Antônio. **Os escritores e a Ditadura**. In: BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. Nos tempos de Getúlio – Da Revolução de 30 ao fim do

Estado Novo. São Paulo: Atual. Opinião: 29 out.1975. (Col. história em documentos).

11. COLÉGIO DOS SANTOS ANJOS. **Informativo 2004**. Vassouras, 2004.
12. COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Vassouras: FUSVE, 2001.
13. COLÉGIO SUL FLUMINENSE DE APLICAÇÃO – **Regimento Escolar** – Das Disposições Preliminares, Cap. II Art 3º Vassouras: FUSVE, 1985.
14. COMMAGER, H.S. **Iniciação ao estudo da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
15. CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Mulheres Fluminenses do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2001.
16. COTRIM, Gilberto. **Educação para uma escola democrática**. 1987.
17. CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.
18. DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
19. FAVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996 (Col. memória da educação).
20. FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Brasília: DF: INEP, 1989.
21. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 19.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
22. _____ **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (O mundo hoje, v. 21).

23. _____ **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
24. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Anísio Teixeira**: construção da educação brasileira. Rio de Janeiro, 2000.
25. GADOTTI, Moacir, FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
26. GARCIA, Pedro Benjamim (org.). **Educação hoje**. Rio de Janeiro: Eldorado. S/d. (coleção meta).
27. GUSFORF. G. **Professores, para quê?** Lisboa: Livrarias Moraes Editoras: 1967.
28. JOHON, D. Redden; FRANCIS, D.; RIIAN, A. **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
29. KILPATRICK. William Heard. **Educação para uma sociedade em mudança**. Tradução de Noemy S. Rudolfer. 11.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
30. LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IHGB, 1950.
31. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora Opet. 1996.
32. LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil**: de Pombal a Passarinho. 2.ed. Rio de Janeiro: Brasília, [s.d].
33. MACHADO, Lielza Lemos. **Imagens de Vassouras**. Vassouras: Prefeitura Municipal, 1994.
34. NIDELCOFF, Maria Teresa. **A escola e a compreensão da realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

35. NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000.** São Paulo: Melhoramentos, 1989.
36. O CORREIO DA UNESCO. **Balanço e perspectiva de uma crise.** Rio de Janeiro, jan. 1973. n.1. In: GARCIA, Pedro Benjamim (org.). Educação hoje. Rio de Janeiro: Eldorado. s/d. Coleção Meta. P.11.
37. O CORREIO DA UNESCO. **21 pontos para uma nova estratégia da educação.** Rio de Janeiro, jan. 1973. n.1. In: GARCIA, Pedro Benjamim (org.). Educação hoje. Rio de Janeiro: Eldorado. s/d. Coleção Meta. P.11.
38. OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **O dilema do modelo brasileiro de educação.** In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti (coord.). Um modelo para a educação no século XXI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999. p.164-187.
39. OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento.** São Paulo: Travessia, 1992.
40. OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A educação na Assembléia Constituinte de 1946.** In: FÁVERO, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. Estudo nove, p.153-159. (Memória da educação).
41. PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de jovens e adultos.** São Paulo: Papirus, 2002.
42. PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil.** 6.ed. São Paulo: Ática. 1996. (Série educação).
43. PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília de Araújo Lima. **O discurso pedagógico da modernidade.** In: Revista Brasileira de

- Estudos Pedagógicos. Brasília: INEP. v. 77, nº 185, jan./abr.1996. P.113-135.
44. PRADO, Iara Glória Areias. **A educação fundamental**: a questão básica. In: VELOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Coord). Um modelo para a educação no Século XXI. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999.
 45. RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Niterói, SEEC, 1978.
 46. ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Tradição e modernidade na educação**: o processo constituinte de 1933-34. In: FAVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996 (Coleção Memória da Educação). P. 128.
 47. RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. 6.ed. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1987. (Col. educação contemporânea).
 48. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
 49. ROUSSEAU, Emílio. (Livro Primeiro). apud **Revista da Faculdade de São Paulo**. São Paulo: FEUSP, jan./dez. 1983.
 50. SERTÓRIO, Maria Luiza Trouche Jordão. **Grupo Escolar Thiago Costa - A Educação Pública Estadual em Vassouras: 1940-1953**. Vassouras, RJ, 2001. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, USS.
 51. SILVA, Antonio Carlos Teixeira da. **Educação. E a criatividade?** Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, [s.d].

52. SOUZA, Therezinha Coelho de. **O Colégio do Instituto Dr. Joaquim Teixeira Leite, de Eufrásia a Sombra**: a realização de um sonho. Vassouras, RJ, 2001. Dissertação (mestrado em História Social). Universidade Severino Sombra, USS.
53. STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
54. VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. (Coord). **Um modelo para a educação no Século XXI**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999.
55. TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Vassouras**: estudo da construção residencial urbana. Rio de Janeiro, 1968.
56. VITA. Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1997.
57. YOLANDA, Regina. **Educar é criar**: uma experiência em currículo de 1º grau. Rio de Janeiro: Primor Educacional/SEEC-RJ, 1977.

PERIÓDICOS:

01. MAURY. A primeira palavra. *O Vassourinha*. Vassouras: Faculdade de Medicina de Vassouras, set. 1969. n. 1.
02. UNIVERSIDADE Severino Sombra. **Folha Dirigida**. Rio de Janeiro, 15 out. 2003. P. 5. (Suplemento Especial do Dia do Professor).

03. VASSOURAS também, princesa do café. **Talismã de Notícias**. Vassouras, 9 jul./ 9 ago. 1975. P. 4.
04. VASSOURAS turismo: um grande centro de atividades culturais. **Revista Expansão Nacional**. Niterói, RJ: LL Divulgação e Editora Cultural Ltda. Ano VI, n. 75, p. 43-49, jul.1999.
05. INSTITUTO Profissional Feminino “Dr. Joaquim Teixeira Leite”. **Correio de Vassouras**, Vassouras, 15 fev. 1940, n. 206-207.

ELETRÔNICO:

01. <http://www.abphe.org.br/congresso2003.htm>.
Acesso em 20 jun.2005.
02. <http://www2.uerj.br/~cap/historico.htm>
Acesso em 20 jun.2005.
03. <http://www.ufs.br/historico.htm>
Acesso em 20 jun.2005.
04. <http://www.ufrgs.br>
Acesso em 20 jun.2005.
05. http://www.educacional.com.br/escolas/esc_capccb/historico.asp
Acesso em 20 jun.2005.
06. <http://www.aedb.br/aplicação/index.php>
Acesso em 20 jun.2005.
07. <http://www.ihp.org.br>
Acesso em 20 jun.2005.

08. <http://www.joaouxiii.ufjf.br/colégio2.htm>

Acesso em 20 jun.2005.

DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS:

01. VASSOURAS. Arquivo do Museu Severino Sombra. **Biografia de Severino Sombra de Albuquerque**. Pasta 02^A.

02. VASSOURAS. Arquivo do Museu Severino Sombra. **Colégio de Aplicação**. Caixa 75, pasta 7.